



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15ª REGIÃO**

**CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA
DA ESCOLA JUDICIAL**

**ÍNDICE ANUAL
2012**

(Alfabético e Remissivo)

ESCOLA JUDICIAL

Desembargador Federal do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA
Diretor

Desembargadora Federal do Trabalho TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
Vice-diretora

CONSELHO CONSULTIVO E DE PROGRAMAS

Desembargador Federal do Trabalho FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
Representante dos Desembargadores do Tribunal

Juiz do Trabalho FIRMINO ALVES LIMA
Representante dos Juizes Titulares de Vara do Trabalho

Juíza do Trabalho PATRÍCIA MAEDA
Representante dos Juizes Substitutos

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(Voz e Assento)

REPRESENTANTES DAS CIRCUNSCRIÇÕES

Juiz do Trabalho SIDNEY XAVIER ROVIDA - Araçatuba
Juíza do Trabalho ANA CLÁUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA - Bauru
Juíza do Trabalho RITA DE CÁSSIA SCAGLIUSI DO CARMO - Campinas
Juiz do Trabalho JOSÉ ROBERTO DANTAS OLIVA - Presidente Prudente
Juiz do Trabalho FÁBIO NATALI COSTA - Ribeirão Preto
Juíza do Trabalho SCYNTHIA MARIA SISTI TRISTÃO - São José do Rio Preto
Juiz do Trabalho MARCELO GARCIA NUNES - São José dos Campos
Juiz do Trabalho MAURO CÉSAR LUNA ROSSI - Sorocaba

Coordenação

Desembargador Federal do Trabalho José Otávio de Souza Ferreira -
Doutrina
Juiz do Trabalho Jorge Luiz Costa - Jurisprudência

Organização

Setor de Biblioteca:
Laura Regina Salles Aranha – Assistente-chefe

Jornalista responsável

José Francisco Turco – MTb/SP – 21.571

Capa

Mônica de Oliveira Jürgensen
Patrícia Izumi da Silva

Catálogo na Publicação (CIP) elaborada pelo
Setor de Biblioteca/TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial /
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,
Escola Judicial do TRT da 15ª Região – Campinas/
SP, v.1, n.1, jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Ematra XV

Bimestral

v.8, Índice anual, jan./dez. 2012

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Traba-
lhista - Brasil. 3. Jurisprudência Trabalhista - Brasil. 4. Jus-
tiça do Trabalho - Brasil I. Brasil. Tribunal Regional do Tra-
balho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34:331 (81)

CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Rua Barão de Jaguara, 901 – 3º andar – Centro

13015-927 Campinas – SP

Telefone: (19) 3731-1683 - Fax: (19) 3236-0585

e-mail: escolajudicial@trt15.gov.br

SUMÁRIO

ONOMÁSTICO	351
TÍTULO	359
<i>Doutrina</i>	359
ASSUNTO	360
<i>Íntegras</i>	360
<i>Ementário de Jurisprudência</i>	366

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta, optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

ARAÚJO, Francisco Rossal de

Cooperativas: tratamento jurídico específico e negociação coletiva (Artigo).....6/292

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

Acidente.....5/265
 Assédio moral.....6/329
 Audiência conciliatória.....5/268
 Ausência de citação.....5/268
 Dano moral.....5/273
 Dono da obra.....4/208
 Justa causa.....6/338
 Perícia.....2/93
 Vínculo de emprego.....5/284
 Vínculo.....4/219

BAUER, Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado

Jogador de futebol: desligamento do clube sem necessidade de prévio depósito da multa contratual (Artigo)....1/5

BIASI, Erodite Ribeiro dos Santos De

Adicional de insalubridade.....3/134
 Assédio moral.....4/200
 Responsabilidade subsidiária.....1/35
 Terceirização.....1/36
 Venda de crédito.....4/218

BORGES, Fernando da Silva

Ação de cobrança ajuizada pelo empregador. contrato de mútuo. Nulidade de cláusula acessória ao contrato de trabalho, inserida após a admissão, implicando em alteração contratual lesiva ao empregado. Obrigação inexigível. (Íntegra de acórdão).....3/108
 Ação.....4/197, 6/326
 Caixa Econômica Federal.....4/201
 Consórcio.....2/85
 Contribuições previdenciárias.....4/203
 Dano moral.....1/26, 4/203, 4/204
 Dispensa coletiva.....4/207
 Doença ocupacional.....6/334
 Empresa de assistência médica.....4/209
 Estabilidade provisória.....4/209
 Justiça do Trabalho.....1/31, 5/278
 Lei.....4/213, 5/278
 Município.....4/214
 Norma coletiva.....6/339
 Processo de execução.....1/33
 Reexame necessário.....4/216
 Responsabilidade solidária.....6/341
 Secretário municipal.....3/150

Sindicato.....2/97
 Sociedade de economia mista.....1/36

CAMPOS, Flavio Nunes

Ação.....6/326
 Aliciamento de trabalhadores por meio de migração ilegal de mão de obra. Dano moral coletivo caracterizado. (Íntegra de acórdão).....6/317
 Aliciamento de trabalhadores.....6/328
 Expedição de ofício.....5/276
 Prescrição.....6/340
 Representante comercial.....5/282

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

Agravo de instrumento.....1/23
 Contrato de aprendiz.....4/202
 Defesa escrita.....1/27
 Execução fiscal.....4/211
 Inexigibilidade.....5/277
 Intervalo intrajornada.....5/277
 Limitação da condenação.....4/213
 Sócio retirante.....4/218
 Sucessão de empresas.....4/218, 6/342
 União.....3/151

COCA, Eleonora Bordini

Adicional.....6/328
 Depósito do FGTS.....6/332

COELHO, Maria de Fátima Vianna

Acidente.....6/331
 Denúncia da lide.....6/331

COOPER, Fabio Allegretti

Acidente de trânsito.....5/265
 Adicional de periculosidade.....1/29
 Agravo de petição.....4/210, 5/267
 Aposentadoria.....2/81
 Cerceamento.....6/329
 Contrato.....2/86
 Enquadramento sindical.....4/209
 Excesso de penhora.....4/210
 Financeiras.....3/143
 Hipoteca judiciária.....1/29
 Honorários advocatícios.....5/277
 Intervalo do art. 384 da CLT. Proteção ao trabalho da mulher. Constitucionalidade. (Íntegra de acórdão)....3/112
 Intervalo.....4/212
 Prescrição.....3/148
 Recurso ordinário.....5/281

COOPER, Flavio Allegretti de Campos

Ação.....	4/197
Adicional de insalubridade.....	5/266
Agravo de petição.....	4/199
Ausência do reclamante.....	1/24
Contrato de experiência.....	2/85
Contribuição sindical rural.....	5/272
Danos morais.....	2/87
Descansos especiais.....	6/332
Estabilidade do acidentado.....	3/143
Porteiro.....	5/278
Prescrição.....	5/279
Recurso adesivo da 1ª reclamada. Incabível quando o recurso ordinário foi interposto pela 2ª reclamada. (Íntegra de acórdão).....	1/7
Remição e arrematação.....	3/150
Retificação na CTPS.....	3/150
Turnos.....	6/343

DIAMANTINO, Adriene Sidnei de Moura David

Multa.....	3/145
------------	-------

DIAS, Carolina Grieco Rodrigues

Cooperativas: tratamento jurídico específico e negociação coletiva (Artigo).....	6/292
--	-------

ESCANFELLA, Carlos Augusto

Acidente.....	4/215
Prescrição.....	4/215

FERREIRA, Adelina Maria do Prado

Ação.....	2/78
Acidente.....	3/133
Gratificação de função.....	6/337
Prescrição.....	6/340

FERREIRA, José Otávio de Souza

Administração pública.....	3/135
Agentes comunitários.....	5/267
Agravo de petição.....	4/199
Cláusula penal.....	3/137
Competência.....	3/137
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Ação de cobrança de contribuição sindical rural. Legitimidade ativa. (Íntegra de acórdão).....	6/323
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Ação de cobrança de contribuição sindical rural. Interesse de agir. (Íntegra de acórdão).....	6/323
Diferenças salariais.....	5/273
Empregado público.....	4/208
Empresa.....	4/209
Equiparação salarial.....	5/277
Execução.....	6/336
Fazenda pública.....	4/208, 4/209
Fundação Casa.....	5/276
Honorários advocatícios.....	4/208, 4/209, 5/277, 5/278

Horas <i>in itinere</i>	5/277
Intervalo intrajornada.....	3/144
Limitação da condenação.....	5/278
Liquidação de sentença.....	4/213
Recurso.....	4/216
Servidor público.....	2/97
Telefone celular.....	5/283
Terceirização.....	4/218
Troca de uniforme.....	3/151

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

Agente comunitário.....	5/267
Agravo interno.....	2/81
Categoria profissional.....	1/24
Citação.....	6/330
Cobrança de valores.....	2/83
Competência.....	1/25
Concessão de serviço público.....	2/85
Contrato.....	2/85
Contribuição assistencial.....	2/83
Crédito da Imesp.....	2/86
Dano moral.....	1/26
Execução fiscal.....	1/28
Federação sindical.....	1/28
Justa causa. Abandono de emprego. Configuração. Elementos objetivo e subjetivo. (Íntegra de acórdão).....	1/17
Ofensas.....	6/339
Penhora de bens.....	2/93
Terceirização.....	6/342
Trabalho rural em condições degradantes. Dano moral configurado. Indenização devida. (Íntegra de acórdão)..	1/14

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

Dano moral.....	2/87, 3/140, 4/204, 5/273
Dano moral. Atraso no pagamento dos salários. Indenização devida. (Íntegra de acórdão).....	2/64
Direito de arena. Direito de imagem. Horas extras. Dano moral. Prequestionamento. Litigância de má-fé. (Íntegra de acórdão).....	5/237
Empregado público.....	5/275
Prova.....	6/341
Testemunha.....	2/97
Trabalho temporário.....	3/151

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

Agravo de petição.....	6/328
Contribuições previdenciárias.....	3/139
Deserção.....	3/141
Embargos de terceiro.....	5/274
Penhora.....	5/278

GRASELLI, Fabio

Ação.....	2/77
Acidente de trânsito.....	6/327
Acidente.....	3/133
Ajuda de custo.....	4/200

Ausência.....	4/200
Aviso prévio.....	5/268
Cerceamento de defesa.....	2/83
Competência.....	2/84
Dano moral.....	1/26
Danos morais.....	4/204
Demissão sem justa causa. Direito potestativo do empregador que não prevalece quando evidenciada a abusividade na dispensa de toda uma turma de trabalhadores. Condenação em dano moral mantida. (Íntegra de acórdão).....	2/58
Demissão.....	3/140
Descanso semanal.....	1/27
Imposto de renda.....	4/212
Incompetência material.....	5/277
Interesse de menor.....	1/30
Justa causa.....	6/338
Pedido de demissão.....	4/214
Prescrição.....	2/93
Programa de demissão voluntária.....	3/148
Turnos ininterruptos.....	2/98

GRASSELLI, Hélio

Concurso público.....	2/85
Dano moral.....	2/87
Estabilidade sindical.....	6/335
Portador de neoplasia.....	4/215

KHAYAT, Mariane

Correios.....	6/330
Correios. Anistia. Lei n. 8.878/1994. (Íntegra de acórdão).....	6/321
Justiça gratuita.....	3/145
Penhora de ações.....	3/146

LANDI, Flávio

Acidente do trabalho. Caso fortuito. Ausência de culpa do empregador. (Íntegra de acórdão).....	4/194
Acidente.....	3/133, 4/198, 6/327
Administração pública.....	1/22
Cerceamento de defesa.....	3/137
Cestas básicas.....	5/269
CIPA.....	5/270
Dano moral.....	3/139, 4/204, 5/273
Incompetência da Justiça do Trabalho.....	3/144
Intervalo intrajornada.....	1/30
Penhora.....	1/32
Plano de previdência.....	4/215
Prescrição.....	4/215
Seguro de vida.....	5/283
Trabalho externo.....	1/36
Vínculo de emprego.....	5/284

LAZARIM, Luiz Antonio

Complementação de aposentadoria.....	3/138
--------------------------------------	-------

LEITE, Maria Cecília Fernandes Alvares

Ação.....	4/197
Prova testemunhal.....	1/33
Execução.....	2/90
Justiça do Trabalho.....	2/91

LIMA, Firmino Alves

Contrato.....	2/86, 5/272
Direito administrativo.....	6/332
Direito do Trabalho.....	3/141, 4/205, 4/206, 6/332
Direito material do trabalho. Acidente do trabalho. Dano estético. (Íntegra de acórdão).....	3/122
Direito material do trabalho. Assédio moral. <i>Bullying</i> cometido pelos colegas de trabalho do empregado. Responsabilidade do empregador. (Íntegra de acórdão).....	3/116
Direito material.....	3/141, 4/206, 5/274, 6/332
Direito processual.....	3/142, 4/207, 5/274, 6/333
Gestante.....	2/90
Responsabilidade da tomadora de serviços. (Íntegra de acórdão).....	3/122

LIMA, Samuel Hugo

Ação.....	2/77
Acordo.....	5/266
Adicional de insalubridade.....	3/134
Admissibilidade.....	3/135
Agravo de petição.....	4/199
Bancário.....	4/201
Bem de família.....	2/82
Cautelar.....	2/83
Cláusula coletiva.....	6/334
Competência.....	2/84
Dispensa arbitrária.....	6/333
Dispensa.....	5/266
Dissídio coletivo.....	6/334
Empregado.....	2/90
Estabilidade provisória.....	6/335
Jornada de trabalho.....	2/91
Multa.....	3/145
Servidor público.....	2/96
Sociedade de economia mista.....	2/97

LIZI, Regiane Cecília

Multa.....	2/92
------------	------

LOBO JUNIOR, Helcio Dantas

Ação.....	2/77, 3/133, 4/197, 6/326
Acidente.....	3/134
Adicional de insalubridade.....	2/79
Adicional de periculosidade.....	3/134
Administração pública.....	2/79
Agravo de instrumento.....	5/267
Aposentadoria por invalidez.....	2/81
Ausência de intimação.....	1/24
Base de cálculo.....	1/24
Bolsa de estudo.....	6/329

Certidão de dívida.....	5/269
Chamamento ao processo.....	6/329
Cisão de empresas.....	2/83
Complementação de aposentadoria.....	2/85
Confissão ficta.....	3/138
Confissão real.....	1/25
Demissões em massa.....	2/87
Denúncia da lide.....	5/273
Direito processual.....	6/333
Direito sindical.....	2/88
Embargos de terceiro.....	4/208
Empregado público.....	6/335
Ente público.....	1/27
Execução.....	5/275
Extinção do processo.....	6/336
Férias.....	4/211
Honorários assistenciais.....	1/30
Justiça do Trabalho.....	1/31
Lide simulada.....	6/338
Litigância de má-fé.....	2/92
Manutenção do plano de saúde.....	6/339
Multa normativa.....	1/32
Participação espontânea.....	1/32
PDV.....	3/146
Perempção temporária.....	3/146
Pré-contrato.....	3/147
Prescrição intercorrente.....	1/32
Prova emprestada.....	3/148
Reparação civil.....	2/94
Tempo de espera.....	5/283
Tempo de espera. Hora extra. (Íntegra de acórdão).....	4/182
Violação.....	3/151

LOBO, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno

Ministério Público.....	1/31
Exceção de suspeição.....	5/275

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

Acidente.....	1/21
Acordo.....	3/134
Administração pública.....	3/135
Agente comunitário.....	6/328
Agravo de instrumento.....	2/80
Agravo de petição.....	4/199
Alienação de bem.....	3/136
Assédio moral.....	1/24
Cobrança da contribuição.....	5/270
Competência.....	2/84
Compra e venda de veículo.....	1/25
Contratação a termo.....	3/138
Contrato de arrendamento.....	5/271
Contrato de distribuição.....	3/138
Contribuição previdenciária.....	4/202
Convenções coletivas.....	2/86
Dano moral.....	6/331
Danos morais.....	3/140, 4/205

Danos morais. Abuso do poder de direção do empregador. Caracterizado. Indenização devida. (Íntegra de acórdão).....	2/69
Diferenças salariais.....	2/88
Dono da obra.....	4/207
Embargos de terceiro.....	4/208
Execução fiscal.....	1/28
Execução.....	6/336
Férias.....	6/337
Fraude à execução.....	4/211, 6/337
Horas extras.....	1/30, 3/143
Mudança de regime jurídico.....	2/84
Preliminar de cerceamento de defesa.....	3/147
Prêmio.....	6/340
Prescrição.....	3/148
Recurso ordinário.....	3/149, 5/281
Sindicato.....	1/30

LOPES, Edmundo Fraga

Acidente.....	3/133
Acordo.....	2/78
Ajuda alimentação.....	2/136
Carteira de trabalho.....	2/82
Cesta básica.....	2/83
Comissão de Conciliação Prévia.....	2/84
Dano material.....	3/139
Dano moral.....	2/87
Danos morais.....	3/140
Descontos no salário.....	3/141
Diferenças salariais.....	3/141
Embargos de terceiro.....	2/89
Exceção de incompetência.....	3/143
Horas extras.....	4/212
Horas <i>in itinere</i>	4/212
Intervalo intrajornada.....	4/213
Licença-prêmio.....	2/91
Penhora.....	3/146
Turno ininterrupto.....	2/98

LOPES JUNIOR, Oséas Pereira

Agravo de instrumento.....	4/198
Contribuição previdenciária.....	3/138
Crédito da Imesp.....	3/139
Entidade filantrópica.....	3/143

MACHADO, João Alberto Alves

Bem de família.....	5/269
Dano moral.....	2/87
Descontos.....	4/205
Exceção de pré-executividade.....	4/210
Plano de cargos.....	6/340
Regime de compensação.....	4/216
Responsabilidade.....	4/217
Suspensão do contrato de trabalho. Aposentadoria por invalidez. Manutenção de plano de saúde. (Íntegra de acórdão).....	4/172

Suspensão do contrato.....	5/283	Exceção de pré-executividade.....	4/210
Terceirização.....	6/342	Horas extras.....	2/91
Verba.....	2/98	Nulidade.....	4/214
MAIOR, Jorge Luiz Souto		NEVES, Elency Pereira	
Adicional de periculosidade.....	4/198	Agravo interno.....	1/23
Aviso prévio desproporcional (Artigo).....	3/106	Alta de benefício previdenciário. Retorno ao emprego. Dever do empregado. Recusa do empregador. Ato obstativo. Reparação. Salário do período. (Íntegra de acórdão)	4/169
Horas extras.....	4/212	Assédio processual.....	5/268
MALM, Thomas		Contratação temporária.....	5/270
PLR.....	3/147	Contrato de concessão.....	1/25
Protesto judicial.....	5/279	Famesp.....	2/90
Reintegração.....	6/341	Fraude à execução.....	1/29
Substituição processual.....	3/150	NOGUEIRA, Eliana dos Santos Alves	
MARQUES, Claudinei Zapata		Abandono de emprego.....	2/77
Acordo.....	5/266	Ação.....	1/20
Agravo de instrumento.....	2/80	Acidente.....	4/197
Agravo de petição.....	4/199	Agravo de instrumento.....	2/80
Bloqueio <i>on line</i>	5/269	Agravo de petição.....	2/81, 3/135, 4/199
Coisa julgada.....	2/84	Banco de horas.....	4/201
Contrato de permissão.....	1/25	Competência.....	4/201
Dano moral.....	3/140	Conclusão.....	2/85
Execução.....	3/143, 4/211	Dano moral.....	4/204
Férias.....	1/29	Despedida discriminatória.....	3/141
Grupo econômico.....	1/29	Dono da obra.....	2/89
Honorários periciais.....	6/337	Embargos de terceiro.....	3/142
Intervalo.....	1/30	Empregado falecido.....	2/90
Multa administrativa.....	2/92	Empréstimo.....	4/201
Nulidade.....	2/92	Estabilidade provisória.....	4/210
Prescrição.....	4/215	Falta de clareza na petição.....	1/28
Requerimento.....	2/95	Guias.....	4/212
Rescisão contratual. Desídia. Justa causa. (Íntegra de acórdão)	2/68	Indeferimento de oitiva.....	3/144
Rescisão indireta.....	3/150	Lei municipal.....	3/145
Responsabilidade civil.....	3/150	Ministério Público do Trabalho.....	4/213
Responsabilidade subsidiária.....	5/283	Radialista.....	4/215
Terceirização.....	6/343	Salão de beleza.....	2/96
MONEGATTO, Regina Dirce Gago de Faria		Sucessão de empresas.....	3/151
Adicional de insalubridade.....	2/79	Trabalhador brasileiro.....	4/218
MONTANAGNA, Antonio Francisco		NUNES, Luiz Roberto	
Contribuição sindical.....	4/203	Ação.....	2/77
Enquadramento sindical.....	1/27	Adicional de insalubridade.....	6/327
Inaplicabilidade.....	4/203	Administração pública.....	6/328
Responsabilidade subsidiária.....	2/96	Agente comunitário.....	4/198
MORAES, Éverton Luiz Kircher de		Agravo de instrumento.....	5/267
Cooperativas: tratamento jurídico específico e negociação coletiva (Artigo)	6/292	Agravo de petição.....	2/81, 3/136
MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e		Agravo regimental.....	2/81
Contribuição previdenciária.....	4/214	Bombeiro.....	1/24
Contribuição sindical rural.....	2/86	Cláusula coletiva.....	6/330
Danos morais.....	3/140	Complementação.....	4/202
		Conta bancária.....	5/270
		Depósito recursal.....	6/332
		Diferenças salariais.....	2/88

Embargos à execução fiscal.....	1/27
Embargos.....	6/335
Execução.....	6/336
Impenhorabilidade. Bens que guarnecem a residência do devedor. Critério de essencialidade. (Íntegra de acórdão).....	4/167
Intervenção.....	6/337
Justiça do Trabalho.....	1/31, 2/91
Mandado de segurança.....	6/338
Medida cautelar.....	3/145
Reintegração.....	4/217
Seguro.....	6/342

OLIVA, José Roberto Dantas

Acúmulo.....	3/134
Aposentadoria por invalidez.....	2/81
Ausência da parte.....	2/82
Bancário.....	4/200
Comissão de Conciliação Prévia.....	5/270
Contribuição sindical.....	4/202
Cortador de cana-de-açúcar.....	4/203
CTPS.....	6/331
Embargos de declaração.....	2/89
Estágio fraudulento. Princípio da primazia da realidade. Vínculo empregatício configurado. (Íntegra de acórdão).....	5/246
Estágio.....	4/210
Exploração de trabalho infantil.....	6/336
Multa.....	4/203
Pedido de demissão.....	4/214
Prescrição.....	4/202
Promessa frustrada de emprego. Dano moral. Configuração. mensuração. (Íntegra de acórdão).....	5/243
Trabalhador rural.....	2/98
Transporte de numerário.....	3/134

PANCOTTI, José Antonio

Ação.....	1/20
Acidente.....	1/21
Administração pública.....	1/22
Agravo de petição.....	2/80
Agravo.....	1/22
Bancário.....	3/136
Cerceamento.....	3/137
Contrato de trabalho.....	1/25
Dano moral.....	1/26, 2/86
Entidade filantrópica.....	1/27
Estabilidade provisória.....	3/143
Ex-presidiário.....	2/90
Ex-presidiário. Constatação no curso do contrato. Dispensa motivada por esse fato. Ofensa a direitos da personalidade. Discriminação. Indenização por danos morais. Viabilidade. (Íntegra de acórdão).....	1/9
Indústria calçadista.....	1/30
Nova redação da Súmula n. 228 do TST. Resolução Administrativa TST n. 185/2012. Adicional de insalubridade.	

Base de cálculo. Súmula vinculante n. 4 do STF. Hermenêutica constitucional. Princípio da segurança jurídica (Artigo).....	4/160
Pagamento de salários.....	2/92
Recurso ordinário.....	1/33, 1/34
Servidor público.....	2/96

PATERLINI, Wellington César

Adicional.....	6/328
Corte de cana.....	5/272
Corte de cana. Acidente do trabalho. Queda do trabalhador. Atividade extenuante, em ambiente inóspito. Culpa patronal presumida. (Íntegra de acórdão).....	4/190
Jornada de trabalho.....	6/338

PILEGIS, Olga Regiane

Acidente.....	5/265
Diferenças salariais.....	4/205
Monitores educacionais.....	6/339
Trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. (Íntegra de acórdão).....	4/187

PITAS, José

Adicional de insalubridade.....	2/79
Auxílio doença.....	3/136
Contribuição sindical.....	4/202
Correspondência bancária.....	5/272
Danos morais.....	1/26
Doença ocupacional.....	2/89
Empregado doméstico.....	2/89
Estabilidade provisória no emprego. Súmula n. 378 do TST c.c. art. 118 da Lei n. 8.213/1991. (Íntegra de acórdão).....	2/55
Gestante.....	6/337
Honorários advocatícios.....	1/29
Intervalo intrajornada.....	3/144
Obra certa.....	6/339
Princípio da primazia da realidade.....	5/279
Protocolo integrado.....	1/33
Recurso adesivo.....	1/33
Remissão.....	4/217

RIZZARDO, André Augusto Ulpiano

Dano moral.....	6/331
Embargos de terceiro.....	6/334

ROMANINI, Edna Pedroso

Meio ambiente do trabalho.....	2/92
--------------------------------	------

RUFINO, Marcelo Magalhães

Agravo de instrumento.....	1/23
Contrato de experiência.....	5/271
Dano moral.....	5/271
Excesso de penhora.....	5/275
Intimação postal.....	1/31

SANCHES, Dora Rossi Góes

Benefício da justiça gratuita.....	3/137
Embargos de terceiro.....	3/142
Normas de previdência.....	4/214
Nulidade.....	4/214
Rescisão indireta.....	5/282
Responsabilidade subsidiária.....	4/217
Serviços de manutenção.....	3/150

SANTOS, Lorival Ferreira dos

Acidente.....	1/20, 1/21, 2/78
Acordo.....	1/22
Dano moral.....	1/26
Tutela antecipada.....	1/36

SCARABELIM, Hamilton Luiz

Trabalhador rural.....	4/218
------------------------	-------

SCARABELLI, Camila Ceroni

Contrato de aprendizagem. Tutela antecipada. Ação civil pública. (Íntegra de sentença).....	5/250
---	-------

SILVA, João Batista da

Ação.....	4/197
Acidente de trajeto.....	3/139
Dano material.....	3/139
Dano moral.....	3/139
Empregado doméstico.....	2/89

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira

Acidente.....	1/21, 2/78
Acordo.....	6/327
Agravo de petição.....	3/136
Colhedor de laranja.....	4/201
Competência da Justiça do Trabalho para as ações que envolvem contratações de servidores temporários e para as ações de improbidade administrativa. Responsabilidade pessoal do administrador público (Artigo).....	2/45
Dano moral.....	6/331
Doença ocupacional.....	2/89
Exceção de incompetência.....	5/275
Horas extras.....	4/212, 6/337
Limitação do tempo de trabalho e proteção à saúde dos trabalhadores: uma análise dos sistemas jurídicos brasileiro e espanhol (Artigo).....	5/227
Recurso ordinário.....	1/34, 3/149
Responsabilidade solidária.....	2/95
Responsabilidade subjetiva.....	2/95
Subordinação.....	1/36

SILVA, Luís Carlos Cândido Martins Sotero da

Ação.....	6/326
Acordo.....	4/198
Adicional de insalubridade.....	5/267
Adicional.....	6/327
Agravo de petição.....	2/80, 3/136

Auto de infração.....	2/82
Categoria profissional.....	2/82
Cerceamento de defesa.....	2/83
Cerceamento.....	5/269
Competência.....	3/137
Contribuição previdenciária.....	5/272
Declaração.....	4/205
Estágio.....	6/335
Férias.....	4/211
Justiça gratuita.....	3/144
Litigância de má-fé.....	3/145
Litigante de má-fé.....	2/83, 3/148
Mandado de segurança.....	2/92
Multa administrativa.....	1/32
Nulidade de cláusula normativa.....	3/145
Nulidade.....	3/146
Participação nos lucros.....	6/339
Penhora.....	2/93, 4/215
Prescrição intercorrente.....	3/148
Prescrição.....	6/340
Prova emprestada.....	5/279
Prova.....	3/146
Recuperação judicial.....	3/148
Representação processual.....	1/35
Responsabilidade subsidiária.....	2/95, 2/96, 5/282
Responsabilidade subsidiária. Cliente ou consumidor da empresa prestadora de serviços. Inexistência. (Íntegra de acórdão).....	4/165
Servidor público.....	6/342
Vale-transporte.....	6/343

SILVA, Luiz José Dezena da

Ação.....	2/77
Agravo de instrumento.....	2/79, 4/198
Agravo de petição.....	3/135
Contrato de experiência.....	5/271
Embargos de declaração.....	3/142
Prescrição.....	1/32
Recurso ordinário.....	1/34, 2/94, 3/149, 3/150, 4/216, 5/279, 5/280, 5/281

SIVERS, Eder

Ação.....	6/326
Acidente.....	5/265, 6/327
Acúmulo de função.....	5/266
Acúmulo de funções.....	6/327
Adicional de insalubridade.....	5/266
Anulação de concurso.....	6/329
Aplicação do aviso prévio.....	5/268
Artigo.....	6/329
Ausência de concurso.....	5/268
Benefício da justiça gratuita.....	5/269
Cargo de confiança.....	6/329
Cartões de ponto.....	5/269
CDHU.....	5/269
Concessão.....	4/202

Conciliação.....	4/202
Contribuição previdenciária.....	5/272, 6/330
Dano moral.....	6/331
Execução.....	5/276, 6/336
Exegese.....	5/276
Exposição ao chumbo e ruído.....	4/211
Fazenda Pública.....	6/337
Fraude à execução.....	4/211, 5/276
Garantia de emprego.....	5/265
Jogador de futebol.....	5/277
Multa.....	6/339
Pedido de responsabilidade.....	5/278
Prescrição.....	6/340
Progressão.....	6/341
Reajuste salarial.....	6/341
Vínculo.....	4/219

SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de

Ação.....	1/20
Acidente.....	2/78
Agravo de petição.....	3/135
Agravo regimental.....	1/23
Recurso ordinário.....	1/33, 1/35, 2/93, 2/94

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

Exceção de incompetência.....	1/28
Plano de saúde concedido por mera liberalidade. Cancelamento. Impossibilidade. Inteligência do art. 468 da CLT. (Íntegra de acórdão).....	2/60
Plano de saúde	3/147

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

Responsabilidade subsidiária.....	4/217
-----------------------------------	-------

TOLEDO FILHO, Manoel Carlos

Competência.....	6/330
Empregado rural.....	3/142
Pedido de reintegração.....	2/93
Prescrição.....	6/340

Recurso ordinário.....	1/35
Rescisão.....	4/217
Trabalho em domingos e feriados.....	4/218

VASCONCELLOS, Ana Maria de

Adicional de insalubridade.....	5/284
Agravo de petição.....	5/268
Contrato.....	6/330
Contribuições previdenciárias.....	5/272
Dano moral.....	6/330
Dissídio coletivo.....	2/88
FGTS.....	4/211
Gratuidade.....	5/276
Horas <i>in itinere</i>	2/91
Pausas.....	2/92
Recurso ordinário.....	4/216, 6/341
Reparação civil.....	5/282
Rescisão antecipada.....	4/217
Sindicato.....	2/97
Tempo de espera.....	5/284

VIANNA, Ana Cláudia Torres

Estabilidade.....	6/335
-------------------	-------

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

Insalubridade.....	3/144
Salário mínimo.....	4/218

ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira

Ação.....	1/20, 4/197, 5/265
Acidente do trabalho. Culpa exclusiva da vítima. (Íntegra de acórdão).....	6/316
Acidente.....	1/22, 2/78, 3/133, 6/327
Adicional de insalubridade.....	2/79
Coisa julgada.....	3/137

ZERBINATTI, Marina de Siqueira Ferreira

Responsabilidade subsidiária.....	2/95
-----------------------------------	------

Doutrina

Jogador de futebol: desligamento do clube sem necessidade de prévio depósito da multa contratual.....1/5

Competência da Justiça do Trabalho para as ações que envolvem contratações de servidores temporários e para as ações de improbidade administrativa. Responsabilidade pessoal do administrador público.....2/45

Aviso prévio desproporcional.....3/106

Nova redação da Súmula n. 228 do TST. Resolução Administrativa TST n. 185/2012. Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Súmula vinculante n. 4 do STF. Hermenêutica constitucional. Princípio da segurança jurídica.....4/160

Limitação do tempo de trabalho e proteção à saúde dos trabalhadores: uma análise dos sistemas jurídicos brasileiro e espanhol.....5/227

Cooperativas: tratamento jurídico específico e negociação coletiva.....6/292

Íntegras

AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA PELO EMPREGADOR. CONTRATO DE MÚTUO. NULIDADE DE CLÁUSULA ACESSÓRIA AO CONTRATO DE TRABALHO, INSERIDA APÓS A ADMISSÃO, IMPLICANDO EM ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA AO EMPREGADO. OBRIGAÇÃO INEXIGÍVEL. É nulo o contrato de mútuo pactuado entre as partes para viabilizar compra de veículo novo, em nome do empregado, destinado à execução de atividades externas, exercidas desde a contratação com a utilização de veículo da frota da empresa. Isso porque, a validade do mencionado negócio jurídico deve ser apreciada na condição de cláusula acessória ao próprio contrato de trabalho. Assim, a nulidade decorre da transferência ao trabalhador dos riscos e dos encargos inerentes à propriedade e utilização do veículo, o que configura inadmissível alteração de cláusula contratual em prejuízo ao empregado, por constituir evidente afronta ao disposto nos arts. 2º, *caput*, 9º e 468, da CLT. Recurso provido para absolver o trabalhador da condenação ao pagamento do saldo devedor do contrato de mútuo. Rel. Des. Fernando da Silva Borges.....3/108

ACIDENTE DO TRABALHO. CASO FORTUITO. AUSÊNCIA DE CULPA DO EMPREGADOR. Trabalhador rural vitimado por raio que veio a lhe ceifar a vida quando, interrompida a prestação laboral justamente em função da chuva, preparava-se para se dirigir ao barracão da propriedade. Caso fortuito configurado. Ausência de culpa do empregador. Rel. Juiz Subst. Flávio Landi.....4/194

ACIDENTE DO TRABALHO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. Havendo prova de que o empregado tinha ciência inequívoca dos limites e vedações impostos à consecução de suas atividades profissionais e que, por outro lado, o empregador não violou normas relacionadas à medicina e segurança do trabalho, nem o dever geral de cautela, há que se reconhecer a culpa exclusiva do primeiro pelo infortúnio laboral sofrido, afastando-se o direito às indenizações daí decorrentes. Rel. Des. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella.....6/316

ALICIAMENTO DE TRABALHADORES POR MEIO DE MIGRAÇÃO ILEGAL DE MÃO DE OBRA. DANO MORAL COLETIVO CARACTERIZADO. O aliciamento de trabalhadores por meio de migração ilegal de mão de obra acarreta injusta lesão à

esfera moral da comunidade e violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos, bem como, afronta aos direitos trabalhistas dos trabalhadores e à personalidade de cada um deles. Ainda, caracteriza ofensa à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho, preceitos constitucionais. Tal conduta é ofensiva ao espírito de sociedade. Rel. Des. Flavio Nunes Campos.....6/317

ALTA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RETORNO AO EMPREGO. DEVER DO EMPREGADO. RECUSA DO EMPREGADOR. ATO OBSTATIVO. REPARAÇÃO. SALÁRIO DO PERÍODO. Reprovável o comportamento do empregador que cria óbice ao retorno do trabalhador ao emprego após alta de benefício previdenciário, com lastro em conclusão de perícia médica de profissional da empresa, já que aludida conclusão, salve hipóteses excepcionais, não tem o condão de se sobrepor à conclusão de aptidão exarada pelo órgão previdenciário. Em havendo alta do benefício previdenciário, cessa a suspensão contratual, sendo recíprocos os efeitos daí decorrentes, quais sejam, constitui obrigação do empregado retornar ao trabalho em 30 dias, sob pena de ser considerado abandono de emprego (Súmula 32 do TST), e do empregador a contraprestação obrigacional correspondente de pagar salários do período. Rel. Des. Elency Pereira Neves.....4/169

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. LEGITIMIDADE ATIVA. O Decreto-lei n. 1.166/1971 dispunha que as contribuições sindicais deveriam ser pagas em conjunto com o ITR, Imposto Territorial Rural, e depois repassadas ao INCRA. No entanto, a Lei n. 8.847/1994 cessou a competência da Receita Federal para arrecadar esse tributo. Diante desse fato, o art. 17 da Lei n. 9.393/1996 autorizou a celebração de convênio entre a Receita Federal e a CNA, com o fim de possibilitar o acesso a dados cadastrais de imóveis rurais que possibilitam a cobrança das contribuições sindicais devidas. Uma vez que a CNA tem acesso aos dados cadastrais de imóveis rurais, é evidente a sua legitimidade para a cobrança da contribuição sindical rural, para posterior repasse às demais entidades sindicais, na forma prevista pelo art. 589 da CLT. Ademais, é de se

reconhecer que, cessada a competência da Receita Federal pela Lei n. 8.847/1994, a atividade automaticamente retornaria à situação contemplada no art. 606 da CLT. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. INTERESSE DE AGIR. O art. 606 da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte em que impõe ao Ministério do Trabalho o encargo de expedir a certidão de dívida ativa necessária para a propositura de ação de execução, não foi recepcionado pela Constituição da República de 1988. É que o art. 8º, I, da Constituição da República veda a interferência do poder público na organização sindical, sendo evidente que o art. 606 consolidado colide com tal norma, pois prevê justamente a intervenção do Ministério do Trabalho para a cobrança judicial das contribuições sindicais. Extinta a possibilidade do Ministério do Trabalho expedir o título executivo que embasava a cobrança das contribuições sindicais (art. 8º, I, da Constituição Federal), restou também prejudicada a possibilidade dos sindicatos ingressarem diretamente com ações de execução, sendo necessário ingressar com ação de cobrança para a constituição do título executivo judicial. Portanto, a ação de cobrança intentada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil é a medida adequada para a constituição do título executivo judicial, necessário para compelir o réu a quitar os valores devidos. Recurso ordinário da autora a que se nega provimento. Rel. Des. José Otávio de Souza Ferreira6/323

CONTRATO DE APRENDIZAGEM. TUTELA ANTECIPADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Rel. Juíza Camila Ceroni Scarabelli.....5/250

CORREIOS. ANISTIA. LEI N. 8.878/1994. O art. 2º da Lei n. 8.878/1994 prevê que a anistia restringe-se apenas àqueles que formularem requerimento perante Comissão própria (cuja criação foi prevista no art. 5º), e assegura prioridade à análise dos que já tinham efetuado requerimento perante a Comissão Especial constituída pelo Decreto de 23.6.1993. Considerando que a anistia está vinculada à existência de processo administrativo, no qual o Poder Executivo analisa os requisitos para a sua concessão, não há que se falar em *actio nata* antes da solução deste requerimento. Em razão do princípio da separação dos Poderes, não cabe ao Poder Judiciário fazer a análise da pertinência da anistia, concedendo os pedidos formulados pela autora (reintegração, pagamento dos salários do período de afastamento e indenização), que são meros efeitos daquela. Cabe ao Judiciário analisar tais pretensões somente quando deferida a anistia, o que não ocorreu no caso dos autos. Extinção da ação com fundamento nos arts. 267, VI e 301, §4º do CPC. Rel. Des. Mariane Khayat.....6/321

CORTE DE CANA. ACIDENTE DO TRABALHO. QUEDA DO TRABALHADOR. ATIVIDADE EXTENUANTE, EM AMBIENTE INÓSPITO. CULPA PATRONAL PRESUMIDA. A atividade do corte de cana, por suas características e pelo ambiente em que se desenvolve, implica inúmeros e inegáveis riscos para os trabalhadores. Quer de cortes, quer de lesões ortopédicas, quer de queda, como a que sofreu a reclamante. Diante disso, considerando-se deva-se apurar a responsabilidade subjetiva do empregador, na forma do inciso XXVIII do art. 7º da CF, a culpa da empresa deve ser presumida. Até porque, como o empregador tem em seu favor alienada a força de trabalho do empregado, podendo dirigi-la e controlá-la de modo a submetê-la às diretrizes da organização empresarial, responsabiliza-se, em contrapartida, pela saúde e pela segurança do trabalhador, e por assegurar-lhe adequados ambiente e condições de trabalho. E não basta, a eximir a reclamada de suas responsabilidades, o simples fato de orientar os empregados a que evitem os riscos existentes. Recurso da reclamada a que se nega provimento. Rel. Juiz Subst. Wellington César Paterlini.....4/190

DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Cuida-se de realidade inegável que o não-pagamento dos salários ajustados e/ou o seu pagamento serôdio, magoa o princípio da dignidade da pessoa humana, além de impor severo maltrato, seriamente abalando, o íntimo de um trabalhador, que tem obrigações e compromissos a saldar, em datas certas, com os salários que recebe e já por isso tem que fazer verdadeiro malabarismo, num País como o Brasil, mas que, não os recebendo e/ou recebendo fora do prazo ajustado e/ou legal, vê-se na impossibilidade de satisfazer aludidas obrigações e compromissos, enquanto cidadão, homem e sendo o caso, como pai, o que leva a que o senso de responsabilidade, honradez e de responsável por uma família, que habita os espíritos probos, sinta-se duramente vergastado em tal situação, daí caracterizado o dano moral, a exigir reparação, diversa da visada pela multa estatuída pelo art. 477, § 8º, da CLT. Rel. Des. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani.....2/64

DANOS MORAIS. ABUSO DO PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR. CARACTERIZADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. É sabido que, por força do contrato de trabalho, o empregado está sujeito ao poder diretivo do empregador. Todavia, o direito potestativo do empregador em definir como serão desenvolvidas as atividades do empregado não é ilimitado, pois encontra os seus limites nos direitos fundamentais e na dignidade da pessoa humana. O abuso no exercício do poder de direção representa, ao reverso, violação a direito fundamental do empregado em ser tratado com dignidade, configurando ilícito

caracterizador de danos morais. *In casu*, a ré, sem qualquer escrúpulo para com a lei, ética e moral, adotou políticas comerciais reprováveis, exigindo que a autora, vendedora, utilizasse de toda a sorte de artifícios maliciosos para enganar os clientes, tudo a fim de embutir algum valor a mais na venda das mercadorias, sob pena da obreira sofrer punições, mormente se não atingidas as metas de vendas estipuladas. Dentre as punições fixadas pela reclamada, tem-se o castigo chamado “boca de caixa”, consistente em limitar a atuação do vendedor somente aos clientes que vinham pagar os carnês, ocasionando potencial risco de redução dos ganhos do trabalhador, bem como situação de constrangimento perante os demais colegas, além de sensação de impotência, insegurança e incapacidade, repercutindo de forma negativa na sua produção. Trata-se, sem dúvida, de condutas ilícitas do empregador, resultantes do abuso no exercício do poder de direção, violadoras de direitos fundamentais, fazendo jus a autora à reparação pelos danos morais sofridos (Inteligência dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil de 2002). Rel. Des. Ana Paula Pellegrina Lockmann.....2/69

DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. DIREITO POTESTATIVO DO EMPREGADOR QUE NÃO PREVALECE QUANDO EVIDENCIADA A ABUSIVIDADE NA DISPENSA DE TODA UMA TURMA DE TRABALHADORES. CONDENAÇÃO EM DANO MORAL MANTIDA. Indiscutivelmente o empregador dispõe do direito potestativo de despedir o empregado. Todavia, esse direito deve ser exercido de forma regular, não se admitindo o seu abuso. Não se deve esquecer que embora permita a dispensa sem justa causa (art. 7º, I) mediante indenização compensatória, a Constituição inscreveu dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (art. 1º, III e IV). Por certo o ato de dispensa sem justa causa de cerca de 30 trabalhadores, em plena safra da cana, por reivindicação de melhoria salarial, não pode ser entendido como exercício regular de um direito, já que evidente o abuso, constituindo-se, na verdade, em clara manifestação de contrariedade a toda e qualquer manifestação reivindicatória, sinalizando para os demais trabalhadores os efeitos de eventual questionamento salarial futuro. Condenação em dano moral mantida. Rel. Des. Fabio Grasselli.....2/58

DIREITO DE ARENA. DIREITO DE IMAGEM. HORAS EXTRAS. DANO MORAL. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Rel. Des. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani.....5/237

DIREITO MATERIAL DO TRABALHO. ACIDENTE DO TRABALHO. DANO ESTÉTICO.

É passível de indenização o dano estético que venha a ser configurado em parte do corpo não exposta ao convívio social. O dano estético não deve ser configurado somente a partir da visão alheia, mas também ao direito da própria parte não se ver esteticamente danificado. Tal dano tem por finalidade reparar prejuízos não somente exteriores, mas também de caráter íntimo, pois o maior reflexo do dano recai sobre a vítima, sendo sua percepção da alteração estética o elemento mais importante a ser analisado. **RESPONSABILIDADE DA TOMADORA DE SERVIÇOS.** Tendo ocorrido o acidente de trabalho dentro das dependências da tomadora de serviços e sendo este meio ambiente o causador do dano, a responsabilidade da tomadora é direta, posto que ela foi a causadora do dano. A tomadora também é responsável pelo meio ambiente sadio, não somente de seus empregados, mas dos colaboradores terceirizados. Neste caso, não há sequer o que se discutir a responsabilidade solidária ou subsidiária pela terceirização de serviços, mas a responsabilidade direta do meio ambiente de trabalho danoso. Inteligência dos arts. 186 e 927 do CC. Rel. Juiz Subst. Firmino Alves Lima.....3/122

DIREITO MATERIAL DO TRABALHO. ASSÉDIO MORAL. BULLYING COMETIDO PELOS COLEGAS DE TRABALHO DO EMPREGADO. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. O *bullying* contra um determinado empregado se torna prática de assédio por sexo quando tais comentários, gozações e brincadeiras abordam a aparência ou a orientação sexual de determinado empregado. Neste caso, quando o empregador não demonstra ter tomado quaisquer providências para evitar tal comportamento, permitindo que tais práticas reiteradamente atingissem o empregado vitimado, é responsável pelas medidas reparatórias, uma vez que é responsável pelo ambiente de trabalho, que jamais pode ser intimidativo ou hostil. Aplicam-se, em tais casos, as orientações do direito comparado conforme o art. 8º consolidado, uma vez que inexistente qualquer previsão normatizada no direito brasileiro. Recurso que se nega provimento. Rel. Juiz Subst. Firmino Alves Lima.....3/116

ESTABILIDADE PROVISÓRIA NO EMPREGO. SÚMULA N. 378 DO TST C.C. ART. 118 DA LEI N. 8.213/1991. A perturbação funcional progressiva verificada no aparelho auditivo do trabalhador, desencadeada notadamente em virtude da exposição contínua ao agente agressor ruído, por quase dezoito anos de trabalho, impõe reconhecer a existência denexo causal entre a morbidez descrita e o trabalho desempenhado na empresa, apta a ensejar o direito à estabilidade provisória no emprego quando a ruptura contratual ocorre sem a devida constatação de higidez da saúde do obreiro. Verificada a doença

pelos exames audiométricos periódicos, cumpre à empresa comunicar ao INSS, abrindo CAT, da existência de doença ocupacional. A inexistência de exigência para a confecção de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais à época do contrato de trabalho, no caso em debate, não é capaz de afastar o direito do trabalhador à estabilidade pretendida. Inteligência da Súmula n. 378 do TST c/c. art. 118 da Lei n. 8.213/1991. Rel. Des. José Pitas.....2/55

ESTÁGIO FRAUDULENTO. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. VÍNCULO EMPREGATÍCIO CONFIGURADO. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado que visa a preparação para o trabalho produtivo, não gera vínculo empregatício. Entretanto, se apesar da aparente observância das formalidades exigidas pela Lei n. 11.788/2008, se verifica, na prática, que teve sua finalidade desvirtuada, mascarando autêntica relação de emprego, deve esta ser reconhecida (art. 3º, § 2º, da lei citada), em prestígio ao princípio da primazia da realidade, sendo nulos os atos tendentes a desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos da legislação trabalhista (art. 9º da CLT). Em caso como o dos autos, em que o compromisso do estágio foi firmado por adolescente sem assistência de seu responsável legal, não há comprovação de qualquer componente curricular profissionalizante no ensino médio cursado, o relatório de avaliação está assinado pelo estagiário mas sem preenchimento, a única atividade descrita – “auxiliar no setor produtivo da empresa” – não se compatibiliza com qualquer processo educativo pelo trabalho e, dentre outras irregularidades, a prestação de serviços precede a própria celebração do termo de compromisso, dúvida não há de que o estágio é fraudulento, sendo acertado o reconhecimento do vínculo empregatício. Recurso Ordinário conhecido e, no particular, não provido. Rel. Juiz Subst. José Roberto Dantas Oliva.....5/246

EX-PRESIDIÁRIO. CONSTATAÇÃO NO CURSO DO CONTRATO. DISPENSA MOTIVADA POR ESSE FATO. OFENSA A DIREITOS DA PERSONALIDADE. DISCRIMINAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIABILIDADE. A conduta das reclamadas é incompreensível e reprovável, quando despediu o reclamante ao simples argumento de que, no curso do contrato, veio a saber que se tratava de um ex-presidiário. Revela-se execrável a conduta patronal, no momento em que o Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ estão encetando acirrada campanha na mídia, sensibilizando as empresas para dar oportunidade para a reinserção social do ex-presidiário. Não se pode tolerar, portanto, como fato normal a despedida do empregado, pelo simples fato da empresa constatar que o seu funcionário é um ex-presidiário, sem que, pelo menos, tenha demonstrado que a razão da sanção penal venha em desabono à conduta esperada na empresa, ou que o

fundamento da condenação penal tenha alguma repercussão na relação de trabalho. O ato é discriminatório e, se aceito, coloca o reclamante definitivamente à margem da sociedade, sem oportunidade de ressocialização. No caso, os prepostos das reclamadas confessaram que a dispensa do reclamante se deu por descoberta que se tratava de ex-presidiário, quando a tomadora dos serviços exigiu a sua dispensa. Não se cogitou sequer de transferência para outra obra da empresa empregadora. A conduta ofende direitos da personalidade, ensejando a reparação mediante indenização por danos morais, pelos quais devem responder ambas as reclamadas subsidiariamente. Rel. Des. José Antonio Pancotti.....1/9

IMPENHORABILIDADE. BENS QUE GUARNECEM A RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. CRITÉRIO DE ESSENCIALIDADE. Não se pode reconhecer de antemão a impenhorabilidade de todos os bens que guardam a residência do devedor, havendo que ser determinada prévia diligência ao local para que se verifique a existência de bens de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida, consoante exceção contida no inciso II do art. 649 do CPC. A impenhorabilidade prevista na Lei n. 8.009/1990 deve ser interpretada à luz do princípio da razoabilidade, além de se adotar o critério da essencialidade, cuja finalidade é considerar impenhoráveis apenas aqueles bens essenciais à rotina doméstica familiar. Rel. Des. Luiz Roberto Nunes.....4/167

INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER. CONSTITUCIONALIDADE. Reservadas as particularidades, é notório que as mulheres, em razão da natureza de sua composição fisiológica, portem compleição física mais singela que a do homem. Não se pode ignorar, bem assim, que, em razão sobretudo de sua vocação para a gestação, as mulheres, por vezes, sofrem discriminação no mercado de trabalho, sendo corriqueiro que se sintam pressionadas a atingir metas e resultados destacáveis, a fim de, compensando esta visão mercadológica deturpada, fazer frente à concorrência com os homens. É de se considerar, ainda, que, embora atualmente, nos centros urbanos, em virtude do ingresso da mulher no mercado de trabalho, seja comum a contratação de empregado doméstico para os tratos rotineiros da casa e seja comum, também, a cumplicidade dos homens nas tarefas do lar, a famigerada “dupla jornada da mulher” ainda é realidade sentida no país. Tais cogitações convencem que as mulheres são mais vulneráveis que os homens à fadiga no labor. Assim sendo, entende-se que o art. 384 da CLT não afronta a isonomia entre homens e mulheres, constitucionalmente estatuída (CF/1988, art. 5º, I). Ao revés, o preceito do art. 384 da CLT se presta como medida afirmativa do atingimento de uma igualdade material. Recurso desprovido. Rel. Juiz Subst. Fábio Allegretti Cooper.....3/112

JUSTA CAUSA. ABANDONO DE EMPREGO. CONFIGURAÇÃO. ELEMENTOS OBJETIVO E SUBJETIVO. Para o reconhecimento do abandono de emprego é necessária a configuração dos elementos objetivo, ausência injustificada por mais de 30 dias, e subjetivo, intenção do empregado de não retornar ao serviço. Quando o conjunto probatório não demonstra a caracterização de tais requisitos deve ser afastada a pena prevista no art. 482, letra “T”, da CLT. Rel. Des. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....1/17

PLANO DE SAÚDE CONCEDIDO POR MERA LIBERALIDADE. CANCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 468 DA CLT. Ainda que se trate de benefício instituído por mera liberalidade do empregador, o plano de saúde, desde que habitualmente concedido, não pode ser suprimido do patrimônio jurídico do empregado porque a este se incorpora, o que impede que, validamente, seja erradicado, por estar em dissonância com o disposto no art. 468 da CLT, caracterizando alteração ilícita do contrato de trabalho. Rel. Des. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza.....2/60

PROMESSA FRUSTRADA DE EMPREGO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. MENSURAÇÃO. Empresa que encaminha candidato a emprego para a realização de exame médico admissional e emite documento assinado por sua analista de Recursos Humanos, apresentando o trabalhador como seu “funcionário”, para que pudesse realizar a abertura de conta salário, frustrando, depois, a promessa de contratação, pratica ato condenável, que enseja indenização por dano moral. Embora coincidente a data do desligamento do emprego anterior com as providências pré-admissionais, o pedido de demissão – que poderia ser comprovado por meio de simples juntada do TRCT respectivo – não pode ser presumido. Isto, no entanto, não afasta a obrigação de indenizar, tendo influência, apenas, na mensuração do dano, que deve pautar-se em critérios de razoabilidade e equidade (conforme também autoriza o art. 8º da CLT), fundamentais para que o próprio judiciário não seja desprestigiado por decisões que, de tão ínfimas, sirvam de estímulo a ofensores, ou, de tão estratosféricas, provoquem enriquecimento ilícito e encorajem a propalada “indústria” do dano moral. Recurso Ordinário a que se dá provimento. Rel. Juiz Subst. José Roberto Dantas Oliva.....5/243

RECURSO ADESIVO DA 1ª RECLAMADA. INCABÍVEL QUANDO O RECURSO ORDINÁRIO FOI INTERPOSTO PELA 2ª RECLAMADA. O recurso adesivo é subordinado ao principal, quando interposto pela parte contrária. Desse modo, incabível recurso adesivo da 2ª reclamada quando o recurso principal foi interposto pela 1ª ré, já que integrantes do mesmo polo processual e grupo econômico, restando

ausente pressuposto objetivo para o conhecimento e também em decorrência da preclusão consumativa operada. Inteligência do art. 500 do CPC. Rel. Des. Flavio Allegretti de Campos Cooper.....1/7

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CLIENTE OU CONSUMIDOR DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. INEXISTÊNCIA. Hodiernamente, as peculiaridades e as exigências da atividade empresarial moderna têm implicado múltiplas relações civis e mercantis entre pessoas jurídicas, segundo o grau de especialização que o mercado lhes confere. Nesse contexto, diversas sociedades empresariais têm se constituído com o objetivo de produzir ou comercializar produtos - ou mesmo prestar serviços - que acabam por ser utilizados (direta ou indiretamente) por outras empresas, durante seus complexos processos de industrialização ou de desenvolvimento societário. Urge esclarecer, todavia, que a absorção de produtos ou serviços por terceiros, no desempenho de seus sociais fins, não se reveste, por si, do manto da ilicitude, nem autoriza a declaração de vínculo empregatício entre o trabalhador e aquele, na medida em que somente haverá de se falar em terceirização ilícita - nos termos da Súmula n. 331, I, TST, com o deslocamento do liame contratual para o tomador de serviços - se estiver caracterizada a contratação dissimulada de mão-de-obra por empresa interposta. De outro turno, também não é caso de responsabilidade subsidiária dos terceiros que simplesmente adquirem, de outras empresas, bens ou serviços, para os quais concorreu o labor do reclamante. Sendo o co-reclamado mero consumidor (e não tomador de serviços, segundo a filosofia pretoriana), é incabível sua responsabilização pelos créditos obreiros, ainda que de forma subsidiária. Rel. Des. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva.....4/165

RESCISÃO CONTRATUAL. DESÍDIA. JUSTA CAUSA. É dever fundamental da relação de emprego, no que concerne ao empregado, a prestação de serviços de forma assídua e contínua. O tempo de prestação de serviços não tem o condão de tornar o autor imune à penalidade da justa causa, haja vista que o dever funcional não é relativizado com o passar dos anos. Rel. Des. Claudinei Zapata Marques.....2/68

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE. I - A aposentadoria por invalidez não é causa de extinção do contrato de trabalho, mas acarreta simples suspensão de alguns de seus efeitos e obrigações (art. 475 da CLT). Nesse contexto, e ostentando natureza precária, não pode render ensejo ao cancelamento do plano de saúde, sob pena de ofensa ao disposto nos artigos 444 e 468 da CLT, por implicar alteração contratual unilateral, de caráter ilícito porque prejudicial ao empregado, nula de pleno direito nos moldes do artigo 9º da CLT. II - Se o vínculo de emprego

persiste, remanescem em vigor, nas mesmas condições, todas as cláusulas compatíveis com a suspensão, dentre as quais se destaca a manutenção do direito de acesso ao plano de saúde nas mesmas condições anteriores a aposentadoria. III - Não vislumbro embasamento ético ou jurídico capaz de justificar a mudança do convênio médico do aposentado por invalidez, no momento em que este mais precisa e necessita de amparo à saúde. A alteração contratual praticada atenta, diretamente, contra os princípios da dignidade da pessoa humana, da valorização do trabalho, do direito à saúde e da função social da empresa. Rel. Des. João Alberto Alves Machado.....4/172

TEMPO DE ESPERA. HORA EXTRA. A espera do transporte fornecido pelo empregador, no estabelecimento empresarial que se encontra em local de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, integra a jornada de trabalho para todos os efeitos. Se o trabalhador não tem outra opção para retornar à sua residência, a responsabilidade pela incompatibilidade entre os horários de saída do obreiro e da condução fornecida pela empresa, é desta última. *In casu*, há uma ordem tácita do Reclamado consistente na obrigatoriedade do Autor aguardar o lapso temporal até a efetiva partida da condução, não se podendo falar em tempo livre. Recurso provido no particular. Rel. Des. Helcio Dantas Lobo Junior.....4/182

TRABALHO EM TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. Elastecimento da jornada por meio de acordo coletivo firmado sem prévia autorização assemblear. Sendo manifesto o desrespeito à regra do art. 612 da CLT, não se fala em “negociação coletiva válida”, tornando-se devidas as horas extraordinárias a partir da sexta diária, sem ofensa à Súmula 423 TST ou ao art. 7º, XIV da CF/1988. **TEMPO GASTO EM REUNIÕES E GINÁSTICA LABORATIVA.** Permanecendo o trabalhador à disposição do empregador, e sendo os respectivos lapsos alheios às marcações do ponto eletrônico, devida a sua integração à jornada diária, por aplicação da regra do art. 4º da Consolidação das Leis do Trabalho. Apelo patronal não provido. Rel. Juíza Subst. Olga Regiane Pilegis.....4/187

TRABALHO RURAL EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Cabe ao empregador garantir condições dignas de trabalho também no meio rural. Comprovado o descumprimento do disposto na NR-31, com a exposição do trabalhador a condições degradantes, resta configurado o dano moral e devido o consequente pagamento da indenização compensatória. Inteligência do preceituado no art. 5º, V e X da CF/1988, art. 186 do CC e art. 8º da CLT. Rel. Des. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....1/14

Ementário de Jurisprudência

ABANDONO DE EMPREGO

- configurado. Trabalhador que não retorna no prazo de trinta dias após a cessação do benefício previdenciário.....2/77

AÇÃO

- cautelar inominada. Efeito suspensivo a agravo de petição. Deficiência de traslado. Ausência de demonstração do *fumus boni juris*.....2/77

- civil pública. Interesse de agir. Sindicato profissional. Tutela inibitória. Possibilidade.....4/197

- coletiva. Intervenção do Ministério Público do Trabalho. Obrigatoriedade. Nulidade processual.....4/197

- de cobrança ajuizada pelo empregador em face de ex-empregado. Prescrição. aplicação do prazo previsto no art. 7º, inciso XXIX, da CF. Precedentes do C. TST.....6/326

- de cobrança ajuizada pelo empregador. Contrato de mútuo. Nulidade de cláusula acessória ao contrato de trabalho, inserida após a admissão, implicando em alteração contratual lesiva ao empregado. Obrigação inexigível.....4/197

- de cobrança de contribuição sindical. Servidores estatutários. Competência. art. 114, incisos I e III da CF.....2/77

- de cobrança. Contribuição sindical. Princípio da publicidade. Editais genéricos. Ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Extinção sem resolução do mérito. Inteligência dos arts. 605 da CLT e 267, IV, do CPC.....6/326

- de cobrança. Entidade sindical. Custas. Não-isenção.....2/77

- de cobrança. Legitimidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Contribuição sindical patronal rural.....6/326

- de cobrança. Sindicato. Contribuição sindical. Procedimento ordinário. Ausência de certidão de débito expedida pelo Ministério do Trabalho. Irrelevância. Possibilidade. Cabimento.....6/326

- de consignação em pagamento. Contribuição sindical. Depósito recursal desnecessário por parte do sindicato sucumbente. Inteligência da Súmula n. 161 do C. TST.....2/77

- de consignação em pagamento. Extinção do feito sem resolução do mérito. Indeferimento da inicial. Retorno dos autos para emenda da inicial e diligências junto ao INSS.....1/20

- de cumprimento. Pedido de cumprimento de cláusulas convencionais não submetidas a dissídio coletivo. Aplicação do princípio da instrumentalidade das formas.....3/133

- de cumprimento. Sindicato. Feriado da categoria.....2/77

- de indenização. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável. Aposentadoria por invalidez.....2/77

- declaratória de ineficácia de acordo ou convenção coletiva de trabalho (CPC, art. 4º). A denominação inadequada de ação anulatória não inviabiliza a prestação jurisdicional efetiva....1/20

- em face de um dos condôminos rurais. Responsabilidade solidária.....4/197

- indenizatória por dano moral ajuizada por membro da

categoria profissional contra seu respectivo grêmio sindical. Competência da Justiça do Trabalho. Possibilidade.....6/326

- rescisória Erro de fato. Revelia e confissão aplicadas a reclamado, que estava presente à audiência inaugural. Ilegalidade. Determinado rejuízo da lide no Juízo de origem.....1/20

- rescisória procedente. Devolução dos valores recebidos indevidamente. Art. 876 do CC.....6/326

- rescisória. Conciliação judicial. Vício do consentimento. Invalidação da transação. Incisos VIII e IX do art. 485 do CPC...4/197

- rescisória. Depósito prévio. Fundação pública estadual. Exigibilidade.....1/20

- rescisória. Documento novo incapaz, por si só, de garantir pronunciamento favorável ao autor na ação originária. Improcedente o pedido de desconstituição.....4/197

- rescisória. Violação de literal dispositivo de lei. Cabimento...2/78

- rescisória. Responsabilidade subsidiária do tomador de serviços. Cláusula de reserva de plenário. Ausência de violação direta aos arts. 97 e 103-a da CF e à Súmula vinculante 10 do C. STF.....5/265

ACIDENTE

- de trabalho de percurso. Descaracterização. Pacto normativo. Ofensa aos princípios de direitos fundamentais (CF/1988, art. 7º, XXII). Ineficácia.....1/21

- de trabalho.....3/133

- de trabalho. Alta médica. Estabilidade ou indenização substitutiva. Prazo para ajuizamento da ação. art. 7º, XXIX, da CF. Súmula n. 396 do TST.....3/133

- de trabalho. Caracterização em Juízo. FGTS.....6/327

- de trabalho. Culpa do empregador por não entregar EPI e por não fiscalizar e exigir o efetivo uso de EPI entregue. Obrigação de reparar os danos causados ao empregado.....4/197

- de trabalho. Cultivo de cana-de-açúcar. Responsabilidade objetiva.....5/265

- de trabalho. Motorista.....6/327

- de trabalho. Pensão vitalícia. Pagamento de uma só vez. art. 950, parágrafo único, Código Civil.....2/78

- de trabalho. Reparação civil. Dono da obra. Responsabilidade solidária. Possibilidade.....1/21

- de trabalho. Responsabilidade civil. Culpa da empregadora. Incapacidade parcial e definitiva. Danos morais e materiais. Indenização devida.....1/21

- de trajeto. Responsabilidade civil do empregador não caracterizada. Ausência de nexo de causalidade.....1/21

- de trânsito. Culpa do motorista. Reparação dos danos sofridos pelo empregador. Possibilidade em caso de previsão contratual.....6/327

- de trânsito. Trabalhador que realiza entrega de cargas em motocicleta. Teoria do risco. Responsabilidade civil objetiva. Aplicável.....5/265

- do trabalho. Caso fortuito. Evento da natureza.....4/215

- do trabalho. Culpa. Ônus da prova.....1/22

- do trabalho. Dano moral presumido.....2/78

- do trabalho. Falta de emissão da CAT. Omissão que não favorece o empregador. Aplicação do art. 129 do CC. Estabilidade provisória reconhecida.....3/133

- do trabalho. Indenizações. Responsabilidade da tomadora dos serviços.....3/133

- do trabalho. Máquina que volta a funcionar sozinha. Culpa da empregadora. Recurso ordinário.....2/78

- do trabalho. Pensão mensal. Limitação no tempo. Trabalhador que sobrevive ao acidente com sequelas permanentes e irreversíveis.....6/327

- do trabalho. Pensão. Pagamento único. Herdeiros menores...4/198

- do trabalho. Prescrição trabalhista/Código Civil.....2/78

- do trabalho. Responsabilidade civil. Atividade de risco. Trabalho em rodovia.....6/331

- do trabalho. Responsabilidade do tomador dos serviços. Cabível.....3/133

- do trabalho. Responsabilidade objetiva do tomador de serviços.....2/78

- do trabalho. Trabalhador rural. Máquina colhedora de forragens de cana.....5/265

- *in itinere*. Culpa do condutor do veículo de propriedade da empresa. Responsabilidade do empregador.....1/20

- sofrido pelo trabalhador no percurso para o trabalho em veículo fornecido pela empresa. Responsabilidade civil subjetiva....3/134

- típico. Morte instantânea do trabalhador. Atropelamento às margens de rodovia. Culpa concorrente do empregador....5/265

ACORDO

- arbitral. Nulidade.....6/327

- coletivo de trabalho. Abrangência. Local da prestação de serviço diverso da base territorial da entidade signatária. Inaplicabilidade.....4/198

- em dissídio coletivo em face de entidade de direito público. Cláusulas sociais e econômicas.....5/266

- entabulado. Indícios de fraude. Negativa de homologação....1/22

- extrajudicial. Homologação pela Justiça do Trabalho. Impossibilidade.....5/266

ACORDO EXTRAJUDICIAL

- Cláusula penal. Atraso no pagamento das parcelas convencionadas. Inadimplemento parcial. Multa devida.....3/134

ACORDO JUDICIAL

- Não cumprimento. Multa.....2/78

ACÚMULO

- ou acréscimo de funções distintas da originalmente contratada. Óbice à possibilidade de melhores resultados nas vendas do empregado comissionista. Trabalho gratuito. Direito ao adicional reconhecido.....3/134

- de função.....5/266

ACÚMULO DE FUNÇÕES

- Diferenças salariais.....6/327

ADICIONAL

- de insalubridade e intervalo do art. 253 da CLT....5/266

- de insalubridade. Administração pública. Inexistência de agente insalubre. Cancelamento de pagamento. Legalidade.....2/79

- de insalubridade. Agente comunitário.....2/79

- de insalubridade. Exposição ao calor solar.....5/284

- de insalubridade. Grau médio. Agente funerário.....2/79

- de insalubridade. Indevido ao operador de *telemarketing*.....5/266

- de insalubridade. Laudo pericial. Local desativado.....6/327

- de insalubridade. Local de trabalho desativado. Juntada de laudo emprestado. Possibilidade.....3/134

- de insalubridade. Manuseio de produtos de limpeza.....5/266

- de insalubridade. Motorista de caminhão de lixo. Indevido....5/267

- de insalubridade. Prova emprestada. Indeferimento de prova pericial. Cerceamento de defesa caracterizado..2/79

- de insalubridade. Trabalhador rural. Céu aberto. Calor. Extrapolação dos limites de tolerância. Deferimento.....3/134

- de nível universitário. Cálculo sobre todas as verbas que compõem o vencimento. Servidor público municipal celetista. Impossibilidade. Inteligência do art. 37, XIV, CF.....6/327

- de periculosidade. Exposição eventual.....1/29

- de periculosidade. Exposição não permanente.....4/198

- de periculosidade. Vigilante. Porte de arma de fogo. Falta de previsão legal.....3/134

- sobre as horas *in itinere*. Exclusão do direito por ajuste coletivo, independentemente da superação da jornada normal. Irregularidade.....6/328

- Varredor de rua. Adicional de insalubridade. Contato com lixo urbano.....6/328

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Administração pública. Valores pagos ao empregado por longo período. Alegação de pagamento por equívoco. Restituição. Impossibilidade.....3/135

- Cargo em comissão ou temporário. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho.....3/135

- Cargo em comissão. Verbas rescisórias.....1/22

- Contratação anterior à promulgação da CF de 1988. Desnecessidade de submissão a concurso público. Fundação. Exigência de motivação do ato demissional.....6/328

- Instituição de benefício a servidores públicos. Obrigatoriedade de observância ao princípio da legalidade.....2/79

- Trabalho voluntário. Lei n. 9.608/1998. Desvirtuamento da finalidade gratuita da prestação dos serviços. Fraude à legislação trabalhista. Não submissão a concurso público.....1/22

ADMISSIBILIDADE

- Parte não sucumbente. Situação jurídica desfavorável. Interesse recursal configurado. recurso conhecido. Inteligência do art. 3º do CPC.....3/135

AGENTE

- comunitário de saúde. Contratação por prazo determinado. Invalidez nos casos abrangidos pelo parágrafo único do art. 2º da EC 51/2006.....5/267

- comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional. Parcela devida.....4/198

AGENTES

- comunitários de saúde (ACS). Repasse de verba federal. Incentivo financeiro adicional. Indevido. Ausência de previsão da parcela extra em lei ou contrato de trabalho. Princípio da legalidade.....5/267

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Incentivo financeiro adicional. Devido.....6/328

AGRAVO

- de instrumento em agravo de petição. Decisão que rejeita exceção de pré-executividade. Caráter interlocutório. Irrecorribilidade.....4/198

- de instrumento em agravo de petição. Delimitação de valores. Discussão sobre a penhora em letras de câmbio. Matéria exclusivamente jurídica.....2/79

- de instrumento em recurso ordinário. Inaplicabilidade do § 1º do art. 518 do CPC quando apenas parte da decisão está em conformidade com súmula de tribunal superior. Processamento cabível em prol do devido processo legal.....4/198

- de instrumento não conhecido pela falta do depósito recursal previsto no § 7º do art. 899 da CLT.....1/23

- de instrumento. Benefícios da assistência judiciária gratuita indeferido na sentença. Matéria impugnada por meio do recurso ordinário. Custas não recolhidas. Deserção afastada.....2/79

- de instrumento. Benefícios da justiça gratuita. Declaração de pobreza colacionada na fase recursal. Concessão.....1/23

- de instrumento. Delimitação da possibilidade de aplicação do contido no § 1º do artigo 518 do CPC no processo do trabalho.....5/267

- de instrumento. Depósito recursal do art. 899, § 7º, da CLT. Hipótese de isenção do depósito relativo ao recurso ordinário. Dispensa que não se estende ao recolhimento exigido no agravo de instrumento. Agravo não conhecido.....4/198

- de instrumento. Descabimento. Agravo de petição em face de decisão que rejeita exceção de pré-executividade.....2/80

- de instrumento. Destrancamento de agravo de petição. Decisão proferida na fase de liquidação da sentença...2/80

- de instrumento. Processo de alçada exclusiva da vara do trabalho. Matéria não-constitucional. Não provimento.....2/80

- de instrumento. Provimento. Nulidade arguida em agravo de petição. Processamento necessário.....5/267

- de petição em embargos de terceiro. Contrato de compra e venda. Averbação no cartório de registro de imóveis. Data anterior à admissão da trabalhadora e da propositura da ação. Posse comprovada. Ausência de má-fé do terceiro adquirente. Procedência.....3/135

- de petição em execução fiscal. Remissão de dívida. Comprovação dos requisitos do art. 14 da Lei n. 11.491/2009. Ônus do devedor.....2/80

- de petição. Alegações notoriamente falaciosas da agravante. Litigância de má-fé. Oposição maliciosa à execução.....3/135

- de petição. Aplicação dos reajustes da Previ na complementação de aposentadoria em fase executória. Viabilidade.....2/80

- de petição. Contribuição previdenciária. Valor superior ao piso estabelecido. Extinção da execução. Procedimento que refoge às diretrizes da lei de execução fiscal. Impossibilidade.....3/136

- de petição. Delimitação de valores. Desnecessidade.....4/199

- de petição. Descumprimento do prazo previsto no plano de recuperação judicial para pagamento da dívida trabalhista.....2/81

- de petição. Embargos de terceiro. Adquirente de boa-fé. Impossibilidade de conhecimento da demanda. Ausência de *animus malus*. Fraude à execução não configurada. Não provimento.....3/136

- de petição. Embargos de terceiro. Alegação de ilegitimidade passiva. Parte que já manejou embargos à execução. Preclusão.....3/135

- de petição. Embargos de terceiro. Penhora. Veículo

automotor. Prova de propriedade. Mera tradição. Cerceamento de defesa. Configuração.....5/267

- de petição. Embargos do executado. Julgamento. Falta de garantia do Juízo da execução. Possibilidade excepcional de sua apreciação. Aplicação dos princípios da celeridade e da efetividade.....4/199

- de petição. Empresa em recuperação judicial. Ausência de garantia do Juízo.....5/268

- de petição. Exceção de pré-executividade. Não cabimento.....3/136

- de petição. Execução fiscal. Certidão de dívida ativa. Correção de erro material. Alteração do sujeito passivo. Impossibilidade. Inteligência da Súmula n. 392 do STJ c/c art. 2º, § 8º, da lei de execuções fiscais.....4/199

- de petição. Execução. Ato atentatório à dignidade da justiça. Litigância de má-fé. Configuração.....4/210

- de petição. Matéria já tratada em impugnação à sentença de liquidação, omissa a respeito da matéria, da qual não foram apresentados embargos declaratórios. Agravo de petição anterior que também não tratou da matéria. Preclusão.....4/199

- de petição. Momento da definição do valor da requisição de pequeno valor.....3/136

- de petição. Penhora de bem gravado por cláusula de impenhorabilidade por testamento.....4/199

- de petição. Penhora no rosto dos autos. Expectativa de direito futuro. Garantia do Juízo não configurada. Deserção.....4/199

- de petição. prescrição intercorrente, inaplicabilidade ao processo do trabalho se iniciado o processo executório.....2/81

- de petição. Recolhimento de custas. Desnecessidade.....4/199

- de petição. Valor soerguido pelo reclamante superior ao valor apurado após o trânsito em julgado de decisão em execução. Inexistência de direito adquirido. Vedação ao enriquecimento ilícito. Não cabimento de ação de repetição de indébito. Princípio constitucional da celeridade e da economia processual.....2/80

- interno rejeitado monocraticamente. Art. 557 do CPC. Mera repetição de razões manifestamente infundadas. Despropósito desta articulação corretiva. Sanção processual. Atuação *ex officio*. Art. 557, § 2º, do CPC.....1/23

- interno. Princípio da adequação recursal.....2/81

- regimental. Ação rescisória. Indeferimento liminar. Decisão rescindenda que não é de mérito. Deserção. Inaplicabilidade da Súmula n. 412/TST.....1/23

- regimental. Existência de recurso próprio para atacar o ato impugnado. Mandado de segurança. Descabimento.....2/81

- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Ente público. ADC n. 16 do E. STF. Instrução Normativa n. 03 do Ministério do Planejamento.....1/22

AGRAVO DE PETIÇÃO

- Pedido de reconsideração. Não interrupção do prazo processual. Intempestividade. Não conhecimento do recurso obreiro.....6/328

AJUDA ALIMENTAÇÃO

- Empresa inscrita no programa de alimentação do trabalho. Verba de natureza indenizatória.....2/81

AJUDA DE CUSTO

- Despesas com combustíveis. Natureza indenizatória.....4/200

ALICIAMENTO DE TRABALHADORES

- por meio de migração ilegal de mão de obra. Dano moral coletivo caracterizado.....6/328

ALIENAÇÃO

- de bem do executado. Fraude à execução. Não caracterizada.....3/136

ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

- Inexistência de direito adquirido. Prevalência do direito público sobre o privado.....6/329

APLICAÇÃO

- do aviso prévio proporcional. Data da publicação. Lei 12.506/2011.....5/268

APOSENTADORIA

- por invalidez. Manutenção do plano de saúde. Cláusula contratual não revogada. Cabimento.....2/81

- por invalidez. Pedido de demissão de empregado com mais de um ano de serviço. Ausência de assistência. Invalidez. Restabelecimento do plano de saúde suspenso.....2/81

- por invalidez. Plano médico oferecido pela empresa. Manutenção.....2/81

ARTIGO 745-A DO CPC

- Compatibilidade com a execução de sentença trabalhista. Necessidade de reconhecimento da dívida.....6/329

ASSÉDIO

- processual. Abuso de direito subjetivo no exercício da ampla defesa e contraditório. Conduta dolosa a prejudicar a parte contrária e a efetividade da prestação jurisdicional tempestiva e adequada. Sanção pecuniária.....5/268

ASSÉDIO MORAL

- dirigido à equipe de trabalho. Dano moral caracterizado.....1/24

- Servidora municipal. Comprovação cabal. Responsabilização e direito de regresso.....4/200

- Servidora pública. Transferências encetadas com o fito de prejudicar a trabalhadora. Caracterização.....4/200

- Transferências perpetradas com claro intuito malicioso. Configuração.....4/200

- Violação de garantias constitucionais individuais.....6/329

AUDIÊNCIA

- conciliatória. Comparecimento não obrigatório. Multa indevida.....5/268

AUSÊNCIA

- de citação. Vício insanável. Ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório.....5/268

- de concurso público. Impossibilidade de reenquadramento funcional.....5/268

- de intimação do sócio da desconstituição da personalidade jurídica da empresa executada. Inexistência de prejuízo. Nulidade afastada.....1/24

- do reclamante na audiência. Penalidade de má-fé incabível.....1/24

- injustificada do reclamante à audiência. Arquivamento da reclamação. Litigância de má-fé não caracterizada.....4/200

AUSÊNCIA DA PARTE

- em audiência de instrução. Confissão ficta. Necessidade de intimação pessoal. Nulidade.....2/82

AUTO DE INFRAÇÃO

- Multa administrativa por terceirização ilícita. Ausência do devido registro de empregados. Validade. Arts. 626 e 628 CLT e art. 11, I e II, Lei 10.593/2002.....2/82

AUXÍLIO DOENÇA

- indeferido pelo INSS. Ausência de trabalho no período. Responsabilidade (art. 60, § 3º da Lei n. 8.213/1991).....3/136

AVISO PRÉVIO

- proporcional. Lei n. 12.506/2011. Aplicação imediata.....5/268

BANCÁRIO

- Bancários. Artifícios para burlar a lei. Cargo de confiança não caracterizado. Devidas, como extras, as horas excedentes da sexta diária.....4/200

- Divisor. Sábado como dia de repouso.....4/201

- Jornada de trabalho. Horas extras. Cargo de confiança. Enquadramento. "Auxiliar técnico" e "assistente de apoio"....3/136

BANCO DE HORAS

- Não aplicação da Súmula n. 85 do C. TST.....4/201

BASE DE CÁLCULO

- Multa por litigância de má-fé.....1/24

BEM DE FAMÍLIA

- Imóvel suntuoso. Aplicabilidade da exceção do art. 2º da Lei 8.009/1990. Princípios da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade.....2/82

- Impenhorabilidade. Preclusão para arguição.....5/269

BENEFÍCIO

- da justiça gratuita. Litigância de má-fé.....5/269

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

- Pessoa jurídica. Necessidade de comprovação da insuficiência de recursos.....3/137

BLOQUEIO

- *on line* de valores. Conta bancária de administrador não-sócio. Possibilidade.....5/269

BOLSA DE ESTUDO

- Previsão em instrumento normativo. Não concessão pelo empregador. Ressarcimento. Devido.....6/329

BOMBEIRO

- Adoção irregular do regime de 24x48 horas. Horas extras devidas. Limites da Lei n. 11.901/2009.....1/24

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Cargo em comissão. Acesso natural. Normas regulamentares. Requisitos. Diferenças salariais indevidas.....4/201

CARGO DE CONFIANÇA.....6/329

CARTEIRA DE TRABALHO

- Anotação.....2/82

CARTÕES DE PONTO

- apócrifos. Ausência de exigência legal. Ônus da prova continua com o reclamante.....5/269

CATEGORIA PROFISSIONAL

- diferenciada. Legitimidade de atuação da entidade sindical nos limites da respectiva representação. Inexistência de violação ao princípio da unicidade.....1/24
- Enquadramento segundo atividade econômica preponderante do empregador. Alteração nessa atividade e consequente alteração na categoria profissional. Fim da representação sindical anterior. Limite do direito à estabilidade do dirigente empregado.....2/82

CAUTELAR

- de exibição de documentos. Sindicato. Quantificação das contribuições sindicais devidas por empresa. Impossibilidade.....2/83

CDHU

- Responsabilidade subsidiária. Súmula 331 do C. TST....5/269

CERCEAMENTO

- ao direito de produção de provas. Unilateral encerramento da instrução processual. Ulterior decisão desfavorável. Nulidade configurada.....3/137
- de defesa. Requerimento oportuno e reiterado de produção de prova pericial. Adequação do pedido. Exigência de depósito de honorários prévios pelo reclamante. Incabível. Ocorrência.....5/269
- de defesa. Requerimento para oitiva da parte contrária e testemunhas não apreciado. Impossibilitada, às partes, a apresentação de razões finais. Nulidade configurada.....3/137

CERCEAMENTO AO DIREITO

- de produção de provas. Necessidade de extensão da dilação probatória. Encerramento da instrução processual e ulterior decisão desfavorável. Nulidade configurada.....6/329

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Encerramento da instrução. Ausência de manifestação da parte. Preclusão. Nulidade processual inexistente....2/83
- Reclamada ausente. Decreto de revelia. Advogado presente à audiência inicial. Indeferimento da juntada de defesa escrita. Não caracterização.....2/83

CERTIDÃO

- de dívida de créditos previdenciários. Portaria do MPS n. 1.293/2005 e art. 40 da Lei n. 6.830/80. Aplicabilidade.....5/269

CESTA BÁSICA

- Suspensão do fornecimento no período de afastamento decorrente de doença ocupacional. Indenização devida.....2/83

CESTAS BÁSICAS

- Substituição por lanches em loja de rede de *fast-food*. Impossibilidade.....5/269

CHAMAMENTO AO PROCESSO

- Aplicação do disposto no art. 77, III do CPC. Possibilidade...6/329

CIPA

- Perda do mandato por faltas injustificadas. Descumprimento das obrigações do encargo.....5/270

CISÃO DE EMPRESAS

- Inclusão no polo passivo da execução de empresa criada a partir da alteração societária. Sucessão. Solidariedade.....2/83

CITAÇÃO

- inválida. Nulidade dos atos processuais. Coisa julgada não configurada.....6/330

CLÁUSULA COLETIVA

- estabilitária. Concessão decorrente do infortúnio ou doença profissional atestados pelo INSS ou por perícia judicial, na presença das demais condições expressamente exigidas. Não obrigatoriedade de participação da empresa junto ao INSS.....6/334
- que dispõe sobre a garantia semestral de salários do professor. Interpretação.....6/330

CLÁUSULA PENAL

- redução pelo órgão julgador. art. 413 do CC.....3/137

COBRANÇA

- da contribuição sindical rural. Inexigibilidade da juntada de certidão do Ministério do Trabalho e Emprego. Publicação de editais com o nome expresso do devedor como pressuposto válido de constituição do processo.....5/270

COBRANÇA DE VALORES

- pela assistência homologatória das rescisões contratuais trabalhistas pelo sindicato representativo da categoria profissional. Impossibilidade. Vedação constitucional e legal.....2/83

COISA JULGADA

- Conciliação homologada antes do advento da EC 45/04. Doença profissional. não-configuração.....3/137
- Dissídios individuais e coletivos. Não ocorrência.....2/84

COLHEDOR DE LARANJA

- Salário por produção presumido. Invalidade dos recibos juntados. Máximas de experiência comum.....4/201

COMISSÃO

- de Conciliação Prévia. Acordo. Efeitos.....2/84
- de Conciliação Prévia. Homologação de rescisão contratual com eficácia liberatória geral. Nulidade.....5/270
- de Conciliação Prévia. Intento fraudulento. Nulidade. art. 9º da CLT.....2/84

COMPETÊNCIA

- A arguição de nulidade de cláusula convencional como questão incidental afasta a competência originária do Tribunal e configura a competência funcional do Juízo de 1º grau de jurisdição.....1/25
- da Justiça do Trabalho. Empréstimo consignado. Atuação fraudulenta do empregador e de instituição bancária. Indenização por danos morais.....4/201

- da Justiça do Trabalho. Execução de contribuição sindical. Acordo celebrado em tribunal arbitral. Título executivo extrajudicial. Possibilidade.....2/84
- da Justiça do Trabalho. Guia PPP-Perfil Profissiográfico Previdenciário.....3/137
- Execução contra empresa em recuperação judicial. Justiça do Trabalho. Inteligência dos arts. 114 da CF/88, 449, § 1º, e 889 da CLT e 186 do CTN.....3/137
- material da Justiça do Trabalho. Alteração de regime jurídico.....2/84
- material da Justiça do Trabalho. Levantamento dos depósitos do FGTS.....2/84

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- Contrato de seguro de vida firmado pela empregadora em favor de seus empregados. Obrigação decorrente da relação de trabalho.....6/330

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

- Diferenças salariais reconhecidas judicialmente. Prescrição total.....4/202
- Lei municipal que instituiu complementação de aposentadoria aos optantes do regime celetista. Art. 40, § 13 da CF.....2/85
- SABESP. Ex-funcionário da Comasp admitido antes da vigência da Lei estadual n. 200/74.....3/138

COMPRA

- e venda de veículo. Inexistência de registro da transferência da propriedade no Detran. Consumação pela tradição. Posse. Presunção de propriedade.....1/25

CONCESSÃO

- de serviço público. Transporte coletivo urbano. Intervenção para assegurar a continuidade da prestação do serviço. Sucessão trabalhista não configurada.....2/85
- de subvenção social a entidade filantrópica. Convênio. Fraude. Reconhecimento.....4/202

CONCILIAÇÃO JUDICIAL

- Atraso mínimo no pagamento de poucas parcelas...4/202

CONCLUSÃO

- ou dispositivo de sentença condenatória que não contém, ainda que de forma remissiva, a menção às verbas objeto da condenação. Nulidade.....2/85

CONCURSO PÚBLICO

- Sabesp. Portador de deficiência. Exigência de aptidão plena. Ilegalidade. Necessidade de avaliação por equipe multiprofissional.....2/85

CONFISSÃO FICTA

- em face do reclamante. Ciência prévia de nova data de audiência. Aplicação.....3/138

CONFISSÃO REAL

- Desnecessidade de análise dos demais elementos de prova dos autos.....1/25

CONSÓRCIO DE PRODUTORES RURAIS

- Exclusão de consorciado. Responsabilidade.....2/85

CONTA BANCÁRIA

- conjunta. Solidariedade dos titulares da conta. Validade da penhora.....5/270

CONTRATAÇÃO

- a termo. Cláusula de experiência em contrato de safra. Nulidade.....3/138
- temporária de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias efetivada por ente público, antes e depois da Emenda Constitucional 51/2006 e da Lei n. 11.350/2006. Condições de validade.....5/270

CONTRATO

- celebrado na área de saúde. Cláusula assecuratória de indenização paga pelo ente público à contratada para ressarcimento dos custos decorrentes da execução do projeto. Responsabilidade da empregadora pelo pagamento das verbas trabalhistas. Hipótese de ocorrência de força maior ou "factum principis" não configurada.....2/85
- de arrendamento para exploração de bares ou restaurantes em clubes ou escolas. Inexistência de responsabilidade solidária ou subsidiária da arrendante.....5/271
- de concessão de transporte público. Urbes. Intervenção. Desvirtuamento. Sucessão trabalhista.....1/25
- de distribuição. Vivo S.A. Terceirização de atividade previsão no estatuto social. Responsabilidade subsidiária configurada.....3/138
- de experiência. Acidente de trabalho. Estabilidade provisória. art. 118 da Lei n. 8.213/81. Compatibilidade.....5/271
- de experiência. Estabilidade acidentária. Cabimento.....2/85
- de experiência. Forma e validade.....6/330
- de experiência. Validade. Fraude. Ônus de prova. Rescisão antecipada. Efeitos.....5/271
- de permissão de uso de bem público. Ente público. Responsabilização solidária ou subsidiária. Inviabilidade.....1/25
- de trabalho temporário. Atividade-fim. Inexistência de nulidade. Ônus da prova.....2/86
- de trabalho temporário. Atividade-fim. Nulidade. Ônus da prova.....5/272
- de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Nulidade.....1/25
- extinção antecipada do contrato de aprendiz. Não configuração das hipóteses do art. 433 da CLT. Devida a indenização do art. 479 da CLT.....2/86

CONTRATO DE APRENDIZ

- Ausência de programa de aprendizagem. Jornada de trabalho de oito horas diárias. Não caracterizado.....4/202

CONTRIBUIÇÃO

- previdenciária sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo.....5/272
- previdenciária. Cota patronal. Fundação pública. Entidade filantrópica. Indevida. art. 195, §7º, da CF.....5/272
- previdenciária. Fato gerador. Pagamento.....4/214
- previdenciária. Prosseguimento da execução. Valor piso estabelecido pela Portaria MPS n. 1.293/2005.....4/202
- sindical patronal. Inexigibilidade.....4/202
- sindical rural. Mora. Prazo legal que independe de notificação pessoal.....4/202
- sindical rural. Prescrição regida pelo Código Tributário

Nacional. Não provimento.....5/272
- sindical. Prescrição quinquenal. *Dies a quo*.....4/203

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

- Impossibilidade de desconto dos empregados não sindicalizados ante o princípio constitucional da liberdade sindical.....2/86

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- Acordo para pagamento total do débito.....6/330
- Decisão anterior à Medida Provisória n. 449/2008 e à Lei n. 11.941/2009. Devidos juros pela taxa Selic e multa moratória após o dia 2 do mês seguinte ao da liquidação da sentença. Inteligência do art. 43 da Lei 8.212/1991 e art. 276 do Dec. 3.048/1999. Princípios da segurança jurídica e legalidade estrita.....3/138

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

- rural. Prescrição.....2/86

CONTRIBUIÇÕES

- previdenciárias. Massa falida. Penhora no rosto dos autos da falência. Impossibilidade.....4/203

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

- sobre indenização de período estável. Indevidas.....5/272
- sobre vínculo de emprego reconhecido judicialmente. Incompetência desta especializada. Interpretação do art. 114, da CF.....3/139

CONVENÇÕES COLETIVAS

- apócrifas juntadas com a inicial de idêntico teor àquelas trazidas com a defesa. Inépcia da petição inicial que se afasta.....2/86

CORREIOS

- Anistia. Lei n. 8.878/1994.....6/330

CORRESPONDÊNCIA

- bancária. Vínculo de emprego direto. Responsabilidade.....5/272

CORTADOR

- de cana-de-açúcar. Transporte imprescindível para viabilizar a atividade econômica. Horas *in itinere* devidas.....4/203

CORTE DE CANA

- Acidente do trabalho. Queda do trabalhador. Atividade extenuante, em ambiente inóspito. Culpa patronal presumida.....5/272

CRÉDITO

- da Imesp. Inteligência do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.....3/139
- da Imesp. Prescrição intercorrente. Possibilidade. Inteligência do art. 40, § 4º da Lei n. 6.830/1980.....2/86

CTPS

- Ausência de registro e anotação na CTPS e descumprimento de obrigações diversas. Infrações graves. Despedida indireta configurada.....6/331

DANO

- material. Acidente de trabalho. Redução da capacidade laborativa. Procedência. Art. 950 do CC.....3/139
- material. Pedido adstrito aos danos emergentes. Necessidade de comprovação das despesas.....3/139
- moral caracterizado. Dispensa abusiva e discriminatória. Dirigente sindical.....5/273
- moral. Acidente de trajeto. Transporte fornecido pelo empregador. Caracterização de atividade de risco. Irrelevância. Responsabilidade objetiva.....3/139
- moral. Acidente de trajeto. Transporte fornecido pelo empregador. Responsabilidade objetiva.....3/139
- moral. Acidente de trajeto. Transporte fornecido pelo empregador em proveito próprio. Responsabilidade solidária da transportadora. Admissibilidade.....3/139
- moral. Atraso no pagamento das verbas rescisórias. Indenização devida.....5/273
- moral. Atraso no pagamento dos salários. Inclusão do nome do empregado em listas de devedores.....3/139
- moral. Atraso no pagamento dos salários. Indenização devida.....3/140
- moral. Caracterização.....5/271
- moral. Prescrição.....3/140
- moral. Uso de sanitários. Sinalização chamativa imposta aos empregados e limitação de tempo de uso. Ofensa configurada.....5/273

DANO MORAL

- Alteração unilateral do contrato em prejuízo à dignidade do empregado. Configuração. Indenização devida.....1/26
- Assalto sofrido por empregado em praça de pedágio. Atividade de risco. Dano moral. Dever de reparação.....4/203
- Assédio moral. Caracterização. Indenização por dano moral devida.....4/204
- Atraso no pagamento das verbas rescisórias. Indenização devida.....2/87
- Atraso no pagamento dos salários e verbas rescisórias. Configuração.....1/26
- Cancelamento de plano de saúde antes da fluência do prazo do aviso prévio indenizado. Empregada com intervenção cirúrgica marcada e autorizada. Gravame configurado...4/204
- coletivo. Meio ambiente do trabalho. Desrespeito às normas de medicina, segurança e higiene do trabalho. Responsabilidade. Indenização devida.....2/87
- Compensação. Valor da indenização.....4/203
- Contratação não efetivada. Alegação de erro do departamento pessoal que não exclui a responsabilidade da empresa.....1/26
- Danos morais e materiais. Prescrição.....6/331
- Danos morais. Restrição ao uso do banheiro. Abuso do poder diretivo do empregador. Caracterizado.....6/331
- Dispensa por justa causa convertida pela empresa em dispensa imotivada. Inexistência.....2/86
- Dispensa por justa causa.....1/26
- *Dumping* social.....6/331
- Extravio de CTPS.....6/330
- Imposição de uso de sanitários com porta aberta e na presença de seguranças. Ofensa à intimidade configurada. Art. 5º, X, da CF/1988.....4/204
- *in re ipsa*. Indenização mantida.....6/331

- Indenização. Corte de cana-de-açúcar. Trabalhador rural portador de doença de Chagas. Recusa da contratação. Discriminação não configurada.....4/204
 - Justa causa. Acusação grave. Indenização devida...4/204
 - Motivação às vendas sem exageros. Não-caracterização....4/204
 - Ofensa à honra e à imagem da pessoa. Indenização devida.....1/26
 - Retenção de CTPS.....2/87
 - Transferência de setor. Função incompatível para a qual foi contratado. Assédio configurado. Indenização. Procedência...2/87

DANOS

- morais e materiais. Óbito do empregado, vítima de disparo de arma de fogo. Fato de terceiro. Ausência de culpa do empregador. Indenizações indevidas.....4/204
 - morais. Abuso do poder de direção do empregador. Caracterizado. Indenização devida.....3/140
 - morais. Assédio moral. Características. Configuração....4/205
 - morais. Condições de trabalho insatisfatórias. Violação da Norma Regulamentar n. 31. Indenização devida..3/140
 - morais. Danos materiais. Acidente sofrido pelo trabalhador no deslocamento entre o local de trabalho e residência. Ausência de dolo ou culpa do empregador. Improcedência.....3/140

DANOS MORAIS

- Falta de impugnação. Fatos que não correspondem a atos ilícitos. Improcedência do pedido.....1/26
 - Funcionário público. Processo administrativo disciplinar..2/87

DECLARAÇÃO

- de inconstitucionalidade. Dispositivo de lei municipal que deixou de observar a competência privativa de iniciativa. Confronto com o § 1º do art. 61 da CF. Ofensa verificada. Reconhecimento.....4/205

DEFESA ESCRITA

- Não apresentação da defesa escrita em audiência. Protocolo realizado após o início da audiência pelo sistema e-Doc. Preclusão.....1/27

DEMISSÃO

- sem justa causa. Direito potestativo do empregador que não prevalece quando evidenciada a abusividade na dispensa de toda uma turma de trabalhadores. Condenação em dano moral mantida.....3/140

DEMISSÕES EM MASSA

- Mitigação ao poder potestativo da empresa. Necessidade de negociação coletiva. preservação de direitos fundamentais dos trabalhadores e da coletividade.....2/87

DENUNCIAÇÃO DA LIDE

- Cabimento. Utilidade.....6/331
 - Empresa seguradora. Impossibilidade.....5/273

DEPÓSITO

- do FGTS. Parcelamento perante a CEF. Falta de interesse de agir.....6/332
 - recursal. Isenção para microempresa e empresa de pequeno porte. Insuficiência de recursos.....6/332

DESCANSO SEMANAL

- remunerado. Gerente.....1/27

DESCANSOS

- especiais para lactantes. Creche fornecida pela empresa. Observância dos requisitos mínimos legais.....6/332

DESCONTOS

- no salário. Necessidade de autorização. Trabalhador não-alfabetizado. Falta de validade do documento impresso que consta somente com a digital do trabalhador. Restituição devida. Art. 462 da CLT.....3/141
 - previdenciários efetuados sobre os proventos de aposentadoria. Empregado regido pela CLT. Ilegalidade.....4/205

DESERÇÃO

- do recurso ordinário. Guia de recolhimento das custas processuais. Darf. Indicação do processo e dos nomes das partes.....3/141

DESPEDIDA

- discriminatória. Empregado doente. Ciência inequívoca da empresa. Pedido de readaptação funcional não atendido. Ausência de justificativa. Caracterização. limitação ao poder potestativo do empregador. Dano moral indenizável.....3/141

DIFERENÇAS SALARIAIS

- Aplicação do piso salarial paulista. Existência de piso salarial normativo. Prevalência da negociação coletiva. Verba indevida.....5/273
 - Comissionista puro. Valor mínimo convencional garantido. Indevidas.....2/88
 - Empresas distintas sob mesma direção. Art. 9º da CLT. Procedência.....3/141
 - Exercício de atividades diversas daquelas reconhecidas pelo registro em CTPS. Prova.....2/88
 - Plano de cargos e salários. Avaliação de desempenho. Encargo da empregadora.....4/205

DIREITO

- administrativo. Princípio da motivação. Inafastabilidade....6/332
 - do trabalho. Ausência de intervalo mínimo de 11 horas entre o término de uma jornada e início de outra. Direito a horas extras.....4/205
 - do trabalho. Contrato temporário. Dispensa antecipada. Multa do art.479 da Consolidação das Leis do Trabalho. Cabimento.....6/332
 - do trabalho. Discriminação.....4/205
 - do trabalho. Discriminação. Prática de atos retaliatórios que culminam com a dispensa motivada.....3/141
 - do trabalho. Discriminação. Prática de atos retaliatórios que culminam com a dispensa motivada.....4/206
 - do trabalho. Discriminação. Preconceito racial. Medidas reparatórias.....4/206
 - material do trabalho. Assédio moral. *Bullying* cometido pelos colegas de trabalho do empregado. Responsabilidade do empregador.....4/206
 - material do trabalho. Contrato de prestação de serviços de vendas de materiais e serviços telefônicos. Responsabilidade da operadora.....4/206

- material do trabalho. Instauração de denúncia criminal contra o empregado.....5/274

- material do trabalho. Restrição ao uso dos banheiros. Publicidade da necessidade da ida ao banheiro mediante sinalizadores na linha de produção. Violência à dignidade do ser humano, da intimidade e da vida privada. Prática discriminatória. Ofensa ao art. 1º da Convenção 111 da OIT. Dano moral cabível.....3/141

- material do trabalho. Violação ao direito de intimidade. Anotação nos cartões de ponto dos motivos da doença que provocou afastamento. Dano moral devido.....6/332

- material e processual do trabalho. Empréstimo consignado....5/274

- material e processual do trabalho. Entrega do Perfil Profissional Previdenciário (PPP). Obrigação do empregador. Competência material da Justiça do Trabalho.....5/274

- material e processual do trabalho. Terceirização na administração pública. Responsabilidade. ADF 16 e art. 71 da Lei n. 8.666/1993. Inaplicabilidade em face da falta de comprovação do dever de diligência e vigilância sobre as obrigações trabalhistas dos terceirizados.....6/332

- processual do trabalho Litigância temerária.....3/142

- processual do trabalho. Aplicação de determinado divisor sem requerimento da parte. Sentença *extra petita*. Inexistência.....6/333

- processual do trabalho. Atitude recursal temerária.....6/333

- processual do trabalho. Determinação de anotação da carteira profissional. Estabelecimento de multa para obrigação de fazer. Legalidade e constitucionalidade. Observância do princípio da proibição de discriminação...4/207

- processual do trabalho. Litigância temerária.....4/207

- processual do trabalho. Litigância temerária. Suscitar a extinção do feito por falta de submissão da controvérsia à Comissão de Conciliação Prévia sem qualquer proposta de acordo. Ocorrência.....4/207

- processual do trabalho. Perícia médica indireta. Possibilidade e validade.....5/274

- processual do trabalho. Proposta de acordo. Inexistência de reconhecimento de direito.....6/333

- processual do trabalho. Testemunha transeunte.....3/142

- processual. Regras procedimentais. Mitigação. Necessidade de observância ao princípio de devido processo legal.....6/333

DIREITO SINDICAL

- Unicidade sindical x liberdade de associação. Obrigatoriedade de repasse das contribuições sindicais.....2/88

DISPENSA

- do dirigente sindical do cumprimento das suas atividades laborais pelo ente público, sem prejuízo de salário. Necessidade de autorização legal, ainda que haja anuência entre as partes litigantes.....5/266

DISPENSA ARBITRÁRIA

- Demissão sem justa causa e sem o cumprimento de aviso prévio de trabalhador que acaba de se ter notícia de portar grave doença. Vedação constitucional. Presunção de ato discriminatório. Reconhecimento do direito de reintegração e de indenização por danos morais. Inteligência do art. 7º, I, CF e do art. 4º da Lei n. 9.029/1995.....6/333

DISPENSA COLETIVA

- ou em massa. Caracterização.....4/207

DISSÍDIO COLETIVO

- de greve. Servidores públicos. Conflito entre normas constitucionais e a limitação do poder normativo da Justiça do Trabalho.....2/88

- de natureza jurídica. Pedido de suspensão de demissões praticadas à revelia da norma coletiva estabilitária. Extinção do feito sem julgamento do mérito nos termos do art. 267, VI do CPC.....6/334

DOENÇA OCUPACIONAL

- concausa 2/89

- concausa. Art. 21, I, da Lei n. 8.213/1991.....2/89

- Danos morais e materiais. Revelia. Confissão. Nexo causal. Prova pericial. Necessidade.....6/334

DONO DA OBRA

- Contratação de carpinteiro através de terceiro para realização de serviços em obra suntuosa destinada ao lazer da família. Responsabilidade subsidiária do tomador de serviços. Cabimento.....2/89

- Responsabilidade subsidiária. Possibilidade.....4/207

- Responsabilidade. OJ n. 191, SDI-1/TST. Aplicação restrita.....4/208

EMBARGOS

- à execução fiscal. Tempestividade.....1/27

- de declaração. Prequestionamento. Hipótese de cabimento. Arts. 897-a da CLT e 535 do CPC.....3/142

- de declaração. Reprodução de peça anteriormente protocolada. Não interrupção de prazo.....2/89

- de terceiro. Ação de usucapião. Legitimidade de parte...4/208

- de terceiro. Bem adquirido anteriormente à propositura da ação. Levantamento da penhora.....6/334

- de terceiro. Posse caracterizada pela juntada de escritura pública. Doação, aos agravantes, de 1/50 do imóvel rural, antes de iniciada a reclamação trabalhista. Escritura pública não levada a registro. Aplicabilidade da Súmula n. 84, do STJ. Validade do ajuizamento dos embargos de terceiro, contra a penhora efetuada.....5/274

- de terceiro. Prova de propriedade do bem constrito..2/89

- de terceiros. Meação. Responsabilidade secundária do cônjuge.....4/208

- do executado. Garantia parcial do Juízo. Possibilidade excepcional de conhecimento.....6/335

EMPREGADO

- doméstico. Férias em dobro e proporcionais.....2/89

- doméstico. Horas extraordinárias. Devidas sem o adicional..2/89

- falecido. Créditos decorrentes da relação de emprego. Devidos aos dependentes habilitados perante a previdência social em cotas iguais.....2/90

- portador de deficiência física. Dispensa sem a prévia contratação de sucessor. Inteligência do art. 93, § 1º, da Lei n. 8.213/91. Reintegração devida.....2/90

- público estadual. Admissão sem concurso público anteriormente à Constituição da República de 1988. Demissão sem justa causa. Ato administrativo imotivado. Nulidade.

Reintegração devida.....4/208
- público estadual. Estabilidade. Dispensa imotivada.
Nulidade. Reintegração devida.....4/208

EMPREGADO PÚBLICO

- municipal. Pedido de demissão. Investidura em novo cargo mediante concurso público. Ausência de descontinuidade da prestação laboral. Formação de novo vínculo contratual ante a ruptura do anterior. Inexistência de unicidade contratual.....5/275
- Supressão de horas extras habituais. Indenização prevista na Súmula n. 291 do C. TST. possibilidade.....6/335

EMPREGADO RURAL

- Trabalho a céu aberto. Exposição a calor. Adicional de insalubridade. Cabimento.....3/142

EMPRESA

- de assistência médica suplementar. Bloqueio de fundo garantidor de reserva. Possibilidade.....4/209
- Empresas de telecomunicações. Terceirização de atividades inerentes. Responsabilidade da tomadora.....4/209

EMPRÉSTIMO BANCÁRIO

- concedido pelo banco reclamado ao empregado para pagamento de seus próprios salários. Existência de simulação. Declaração de nulidade.....4/201

ENQUADRAMENTO SINDICAL

- Art. 317 da CLT. Instrutor do Senai. Tipificação afastada.....1/27
- Definição. Regra geral. Atividade preponderante da empresa. Cultivo de eucalipto. Rural.....4/209

ENTE PÚBLICO

- Plano de cargos e salários. Obrigatoriedade de observância aos critérios objetivos e subjetivos. Impossibilidade de alegação de ato discricionário.....1/27

ENTIDADE FILANTRÓPICA

- Imunidade prevista no art. 195, §7º da CF. Requisitos.....3/143
- Serviços gratuitos. Ressarcimento de despesas. Caracterização de trabalho voluntário. Pertinência.....1/27

EQUIPARAÇÃO

- salarial. Tempo de serviço superior a dois anos. Admissão do autor em data anterior ao do paradigma. Ausência de impedimento.....5/277

ESTABILIDADE

- do acidentado. Fechamento de filial.....3/143
- do art. 118 da Lei n. 8.213/1991. Doença ocupacional caracterizada. Encerramento das atividades da empresa. Irrelevância.....6/335
- provisória do cipeiro. Encerramento do contrato de prestação de serviços. Insubstância da garantia de emprego, ainda que o empregado possa ser alocado em outro posto de serviço. Aplicação analógica da Súmula n. 339, II do C.TST.....6/335
- provisória. Acidente de trabalho. Rescisão indireta.

Possibilidade.....3/143
- sindical. Prorrogação judicial do mandato. Art. 8º da CF de 1988. Alegação de cargo meramente simbólico...6/335

ESTABILIDADE PROVISÓRIA

- Contrato a prazo. Direito reconhecido.....4/210
- Pré-aposentadoria prevista em norma coletiva. Abuso do direito potestativo de rescisão do contrato. Dispensa obstativa configurada. Garantia de emprego reconhecida.....4/209

ESTÁGIO

- fraudulento. Princípio da primazia da realidade. Vínculo empregatício configurado.....4/210
- Inobservância dos princípios pedagógicos informadores do instituto. Caracterização do vínculo empregatício. Nulidade.....6/335

EXCEÇÃO

- de incompetência. Regras fixadas em benefício do trabalhador.....5/275
- de pré-executividade não conhecida. Agravo de petição incabível.....4/210
- de pré-executividade.....4/210
- de suspeição entre advogado e magistrado.....5/275

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

- em razão do lugar. Ajuizamento da ação em local mais acessível ao trabalhador. Possibilidade. Inteligência do § 3º do art. 651 da CLT.....1/28
- em razão do lugar. Ajuizamento no local de domicílio trabalhador. Possibilidade.....3/143

EXCESSO

- de penhora. Não configuração.....4/210

EXCESSO DE PENHORA

- Não configuração.....5/275

EXECUÇÃO

- Acordo. Solução parcelada do débito. Ausência de manifestação do exequente quanto ao inadimplemento da 1ª parcela. Arquivamento dos autos pelo juiz. Inadmissibilidade.....2/90
- Benefício de ordem. Tentativas de penhora infrutíferas. Inexistência de nomeação de bens do devedor principal. Esgotamento de todos os meios de execução caracterizado. Prosseguimento da execução contra o devedor subsidiário.....6/336
- Coisa julgada. Relativização. Reconhecimento de ofício. Nulidade.....6/336
- Empresa em recuperação judicial. Exaurimento da competência da Justiça do Trabalho. Habilitação dos créditos perante o administrador judicial da empresa em recuperação.....5/275
- fiscal. Multa administrativa. Massa falida. Impossibilidade.....4/211
- Incidentes manifestamente infundados. Ato atentatório à dignidade da justiça. Não configuração.....6/336
- Penhora de bem imóvel. Adquirente de boa-fé. Fraude à execução. Inocorrência.....4/211
- Penhora de bem móvel. Adquirente de boa-fé. Fraude à execução. Inocorrência.....3/143
- Portaria MF n. 435/2011. Extinção *ex officio* da execução. Impossibilidade.....6/336

- Veículo. Alienação fiduciária. Possibilidade de penhora.....5/276

EXECUÇÃO FISCAL

- da dívida ativa. Multa decorrente da lavratura de auto de infração. Sucessão não configurada.....1/28

- Multa administrativa. Falência reconhecida na vigência do Decreto-lei n. 7.661/1945. Inexigibilidade.....1/28

EXEGESE

- do art. 515, §3º, CPC. Teoria da causa madura.....5/276

EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO

- ao MPT. Possibilidade.....5/276

EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

- Terceirização ilícita. Responsabilidade solidária do tomador de serviços. Proteção integral e prioritária do explorado.....6/336

EXPOSIÇÃO

- ao chumbo e ruído. Trabalho realizado por dezessete anos expondo o empregado a condições insalubres. Não comprovação de uso ou substituição regular de EPI's. Dever de indenizar.....4/211

EX-PRESIDIÁRIO

- Constatação no curso do contrato. Dispensa motivada por esse fato. Ofensa a direitos da personalidade. Discriminação. Indenização por danos morais. Viabilidade.....2/90

EXTINÇÃO DO PROCESSO

- sem julgamento do mérito. Coisa julgada formal. Eficácia preclusiva endoprocessual.....6/336

FALTA DE CLAREZA

- na petição inicial. Não conhecimento dos esclarecimentos insertos no recurso.....1/28

FAMESP

- Natureza jurídica. Aferição.....2/90

FAZENDA PÚBLICA

- Obrigação de fazer. Multa art. 461 do CPC.....6/337

- Tutela antecipada. Reintegração de empregado demitido sem justa causa sem a observância do princípio da motivação do ato administrativo. Possibilidade.....4/208

- Tutela antecipada. Reintegração de empregado demitido sem justa causa, sem a observância do princípio da motivação do ato administrativo. Possibilidade.....4/209

FEDERAÇÃO SINDICAL

- Desmembramento. Aplicação dos princípios da especificidade e liberdade de associação em consonância com a unicidade sindical. Possibilidade.....1/28

FÉRIAS

- Pagamento extemporâneo. Dobra devida.....1/29

- Pagamento. Extemporâneo. Direito à dobra. Art. 137 da CLT. Aplicação analógica. Possibilidade.....4/211

- Pagamento. Inobservância do prazo previsto no art. 145

da CLT. Dobra devida.....6/337

- proporcionais. Demissão por justa causa. Devidas. Inteligência do art. 11 da Convenção n. 132 da OIT.....4/211

FGTS

- Parcelamento.....4/211

FINANCEIRAS

- Enquadramento como bancário. Desempenho de atividade-fim. Ilicitude.....3/143

FRAUDE À EXECUÇÃO

- Alienação de bem do sócio em época anterior à desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada. Não configurada.....4/211

- Alienação de bem do sócio em época anterior à desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada. Não configurada.....6/337

- Desconsideração da personalidade jurídica. Bens dos sócios.....5/276

- Requisitos.....1/29

- Transferência de propriedade imóvel em data posterior à propositura da ação. Insolvência do executado. Art. 593, II, CPC.....4/211

FUNDAÇÃO CASA

- Analista técnico pedagogo. Contato não permanente com pacientes infectocontagiosos ou com objetos destes não previamente esterilizados. Adicional de insalubridade indevido.....5/276

GARANTIA

- de emprego acidentária. Contrato de safra.....5/265

GESTANTE.....2/90

- Concepção havida durante o prazo do aviso prévio. Analogia à Súmula n. 244, III do TST. Estabilidade não reconhecida.....6/337

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

- Banco do Brasil S.A. Sucessor de Banco Nossa Caixa S.A. Gratificação de função. Empregado que não optou pelo plano de cargos e salários do sucessor. Manutenção do pagamento.....6/337

GRATUIDADE PROCESSUAL

- Pedido de consideração de miserabilidade processual impugnado. Isenção de custas indeferida. Recurso do autor deserto.....5/276

GRUPO ECONÔMICO

- Empresas geridas por entes da mesma família. Empregador único. Responsabilidade solidária reconhecida.....1/29

GUIAS

- do depósito recursal e das custas processuais enviada pelo sistema "e-doc". Ausência de autenticação bancária. Recurso deserto.....4/212

HIPOTECA JUDICIÁRIA

- Art. 466 do CPC de aplicação subsidiária. Cabimento.....1/29

HONORÁRIOS

- advocatícios. Ação de cumprimento de norma coletiva. Sindicato substituto processual. Súmula 219, III do C. TST.....5/277
- advocatícios. Cabimento.....1/29
- advocatícios. Justiça do Trabalho.....4/208
- advocatícios. Justiça do Trabalho.....4/209
- advocatícios. Justiça do Trabalho.....5/277
- advocatícios. Justiça do Trabalho.....5/278
- assistenciais. Papel timbrado do sindicato. Presunção de legitimidade da assistência sindical.....1/30

HONORÁRIOS PERICIAIS

- contábeis na liquidação. Devidos sempre pela executada....6/337

HORAS

- extras. Norma coletiva. Isenção de marcação de ponto. Invalidez.....2/91
- extras. Horas de sobreaviso. Direito de locomoção respeitado. Improcedência.....4/212
- extras. Trabalho externo. Motorista.....4/212
- *in itinere*. Limitação do tempo gasto no percurso. Previsão normativa. Possibilidade. Art. 7º, XXVI, da CF.....4/212
- *in itinere*. Trecho não servido por transporte público.....2/91
- extras. Escala de 3 x 1. Violação do direito humano à saúde.....4/212

HORAS EXTRAS

- Escala de 4 x 2. Violação do direito humano à saúde.....6/337
- Fisioterapeuta. Lei n. 8.856/1994. Carga máxima semanal de 30 horas.....3/143
- Operador de *telemarketing*/teleatendimento.....1/30

HORAS IN ITINERE

- Horário noturno. Tempo à disposição do empregador. Redução devida.....5/277

IMPOSTO DE RENDA

- sobre rendimentos recebidos acumuladamente (RRA). Forma de apuração.....4/212

INAPLICABILIDADE

- das multas previstas nos arts. 52, §1º, do CDC, e 600 da CLT...4/203

INCOMPETÊNCIA

- da Justiça do Trabalho. Contrato entre corretor de imóveis e cliente.....3/144

INCOMPETÊNCIA MATERIAL

- da Justiça do Trabalho. Ente público. Contratação para exercício de cargo em comissão. Vínculo jurídico-administrativo. ADI n. 3.395-6/DF-MC.....5/277

INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS

- Não comparecimento espontâneo. Ausência de apresentação prévia de rol para a devida intimação. Cerceamento de defesa constatado. Nulidade processual declarada, nos termos do art. 825 da CLT.....3/144

INDÚSTRIA

- calçadista. Terceirização de atividade-fim. Enunciado 331 do C. TST. Ilegalidade.....1/30

INEXIGIBILIDADE

- do título executivo. Prescrição. Momento processual.....5/277

INSALUBRIDADE

- Constatação. Laudo específico desconsiderado pela prova pericial médica que apurou a perda auditiva. Reconhecida a insalubridade em grau médio.....3/144

INTERESSE DE MENOR

- Existência de representante legal. Intervenção do Ministério Público do Trabalho. Desnecessária. Nulidade processual afastada.....1/30

INTERVALO

- Digitadora. Serviço não exclusivo de digitação. Inaplicabilidade.....1/30
- do art. 384 da CLT. Proteção ao trabalho da mulher. Constitucionalidade.....4/212
- intrajornada para repouso e alimentação. Cláusula de norma coletiva prevendo redução sem a autorização do Ministério do Trabalho. Invalidez.....5/277
- intrajornada. Invalidação de estipulação contratual diminuindo o tempo de fruição. Trabalho habitual em regime de sobrejornada. Desatendimento de exigência prevista no § 3º do art. 71 da CLT.....3/144
- intrajornada. Juntada de cartões de ponto. Prova oral dividida. Prevalência da prova documental.....3/144
- intrajornada. Redução por autorização administrativa. Realização de horas extras habituais.....1/30
- intrajornada. Redução. Autorização ministerial. Horas extras. Autorização inválida.....4/213

INTERVENÇÃO

- Não configuração de sucessão trabalhista. Ausência de responsabilidade do interventor.....6/337

INTIMAÇÃO POSTAL

- Devolução. Aplicação do parágrafo único do art. 238 do CPC. Eficácia da notificação. Pena de confissão confirmada.....1/31

JOGADOR DE FUTEBOL

- Parceria para administração do departamento de futebol. Responsabilidade patrimonial.....5/277

JORNADA DE TRABALHO

- em regime 24x48. Compensação. Limites legais de jornada abusivamente ultrapassados. Inadmissibilidade. Afronta aos arts. 1º e 7º, XIII e XXII da CF.....2/91
- Horas extras. Tempo de espera do transporte para retorno do local de trabalho. Devido.....6/338

JUSTA CAUSA

- Configuração. Comportamento faltoso no interior de ônibus que transporta os trabalhadores até a lavoura.....6/338
- da dispensa. Perdão tácito. Inocorrência. Suspensão do contrato de trabalho para apuração dos fatos.....6/338

JUSTIÇA DO TRABALHO

- Competência material determinada pela natureza da pretensão formulada na petição inicial. Precedentes desta

10ª câmara e do TST. Recurso provido.....	1/31
- Competência material. Médico. Prestação de serviços a beneficiários de caixa beneficente. Relação de trabalho configurada.....	5/278
- Contrato de seguro. Relação de natureza civil. Indenização por danos morais e materiais. Artigo 114 da Constituição Federal de 1988. Incompetência absoluta.....	1/31
- Incompetência material. Cargo em comissão.relação jurídico-administrativa.....	2/91
- Incompetência material. Contratação temporária autorizada por lei municipal. Relação jurídico-administrativa.....	1/31
- Incompetência material. Reconhecimento de ofício. Contrato de trabalho temporário. Município. Lei especial.....	2/91

JUSTIÇA GRATUITA

- Existência de declaração de miserabilidade, firmada pelo requerente ou por seu procurador. Requisito essencial preenchido. Concessão. Inteligência das Leis n. 1.060/1950, 5.584/1970, 7.115/1983 e do art. 790, § 3º da CLT.....	3/144
- Percepção de salário superior a 10 salários mínimos.....	3/145

LEI

- n. 3.999/61. Piso salarial profissional. Inaplicabilidade ao auxiliar dos cirurgiões dentistas.....	5/278
- n. 4.950-a/1966. Engenheiro agrônomo. Piso salarial. Salário mínimo vigente no mês da admissão. Reajustes desvinculados do salário mínimo.....	4/213

LEI MUNICIPAL

- Criação de direitos. Princípio da isonomia. Retroação benéfica. Aplicabilidade.....	3/145
---	-------

LICENÇA-PRÊMIO

- Funcionário público estadual. Direito restrito aos estatutários. Princípio da legalidade.....	2/91
---	------

LIDE SIMULADA

- Existência de prova indiciária. Presunção do juiz. Cerceamento do direito de defesa. Inexistência.....	6/338
- Relativização da coisa julgada. Possibilidade.....	6/338

LIMITAÇÃO

- da condenação ao valor da causa ou aos valores líquidos informados para cada verba pretendida. Impossibilidade.....	4/213
- da condenação aos valores indicados na inicial.....	5/278

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

- Condenação em horas extras durante todo o pacto laboral, a ser apurada conforme cartões de ponto. Ausência de parte dos cartões nos autos. Apuração pela média física.....	4/213
--	-------

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Alteração da verdade dos fatos.....	2/92
- Tese recursal explicitamente contrária à prova dos autos. Alteração da verdade dos fatos. Caracterização.....	3/145

LITIGANTE DE MÁ-FÉ

- Não configurada qualquer das hipóteses previstas no art. 17 do CPC. Impossibilidade.....	2/83
- Não configurada qualquer das hipóteses previstas no art. 17 do CPC. Impossibilidade.....	3/148

MANDADO DE SEGURANÇA

- Inexistência de direito líquido e certo do impetrante. Extinção do processo sem resolução do mérito. arts. 5º, LXIX, da CF/1988, 1º da lei n. 12.016/2009 e 267, vi, do CPC.....	2/92
- Renajud. Restrição ao licenciamento de uma frota de caminhões. Empresa transportadora. Abusividade do ato. Concessão da segurança.....	6/338

MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE

- após a aposentadoria. Art. 31 da Lei n. 9.656/1998.....	6/339
---	-------

MEDIDA CAUTELAR

- Não concessão de efeito suspensivo. Decisão de mérito que antecipa os efeitos da tutela relativa à reintegração do trabalhador.....	3/145
---	-------

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

- Responsabilidade do empregador.....	2/92
---------------------------------------	------

MINISTÉRIO PÚBLICO

- Ilegitimidade passiva. Falta de personalidade jurídica própria.....	1/31
---	------

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- Ação rescisória. Colusão não evidenciada. Empregado induzido a erro. Hipótese do art. 485, VIII do CPC. Vício de vontade quanto a acordo homologado. Acolhimento. Extinção da ação originária sem julgamento do mérito.....	4/213
---	-------

MONITORES EDUCACIONAIS

- Atuação contínua como professores da rede pública de ensino.....	6/339
--	-------

MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO

- de celetista para estatutário. Extinção do contrato de trabalho. Movimentação da conta vinculada do FGTS. Possibilidade. Exceção à indenização de 40%.....	2/84
--	------

MULTA

- Adicional e juros de mora. Revogação do art. 600 da CLT.....	4/203
- administrativa por infração à CLT. Execução fiscal contra a massa falida. Impossibilidade. art. 23 do Decreto-lei n. 7.661/1945.....	1/32
- administrativa. Infração trabalhista. Execução fiscal contra a massa falida. Impossibilidade.....	2/92
- do art. 35 da Lei n. 8212/1991. Competência da Justiça do Trabalho.....	2/92
- do art. 477, § 8º, da CLT. Depósito bancário dos valores.....	3/145
- do art. 557, § 2º do CPC. Impossibilidade de revisão em sede de agravo de petição.....	6/339
- normativa. Necessidade de assistência sindical. Previsão na norma coletiva.....	1/32
- Recurso para o órgão especial. Incabível. Existência de recurso próprio.....	3/145

MUNICÍPIO

- de Espírito Santo do Pinhal. Professor. Carga suplementar. Adicional de horas extraordinárias.....	4/214
--	-------

NORMA COLETIVA

- Petrobras. Diferença de complemento de RMNR. Forma de cálculo. Norma coletiva. Interpretação.....6/339

NORMAS

- de previdência complementar. Alteração das regras de custeio em prejuízo dos trabalhadores. Inaplicabilidade aos antigos participantes.....4/214

NULIDADE

- da citação não configurada. Espólio. Representação. Preliminar do Ministério Público do Trabalho.....4/214
- de cláusula normativa. Horas *in itinere*. Exclusão de incidência do adicional constitucional. Impossibilidade. Reconhecimento.....3/145
- do r. julgado. Negativa de prestação jurisdicional. Não apreciação das matérias objeto da inicial ou da defesa.....2/92
- processual. Razões finais remissivas. Ausência de protestos. Nulidade arguida somente em recurso. Preclusão.....4/214
- Sentença. Cerceamento de defesa. Agravo de petição. Não possibilitada à parte manifestação sobre o laudo. Homologação dos cálculos. Não caracterização.....3/146

OBRA CERTA

- Tomadora de mão de obra pessoa jurídica. Serviços prestados para finalidade de funcionamento/ampliação. Intenção de lucro caracterizada.....6/339

OFENSAS

- perante colegas. Dano moral configurado.....6/339

PAGAMENTO

- de salários. Depósito em conta corrente em instituição financeira. Opção segura e não onerosa de adimplemento da obrigação patronal. Anuência do empregado. Dispensável.....2/92

PARTICIPAÇÃO

- espontânea em evento esportivo não organizado pela empresa. Acidente do trabalho. Não ocorrência.....1/32

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

- Banco Santander (Brasil) S.A. Empregado aposentado. Indevida.....6/339

PAUSAS

- para descanso previstas na NR-31, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Pertinência. Aplicação analógica do art. 72, da CLT.....2/92

PDV

- Concessão dos benefícios ao empregado que optou por não aderir ao plano. Inviabilidade.....3/146

PEDIDO

- de demissão por empregado com mais de ano de serviço prestado para o mesmo empregador. Inobservância da forma prescrita em lei. Nulidade.....4/214
- de demissão. Art. 477, §1º, da CLT. Vício de consentimento. não comprovado.....4/214
- de responsabilidade solidária. Condeno em subsidiária. Não caracteriza julgamento *ultra petita*.....278

PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO

- deferido nos termos da inicial. Conversão em indenização. Litigância de má-fé.....2/93

PENHORA

- Crédito previdenciário. Sócio meramente quotista da sociedade limitada.....1/32
- de bens dispensáveis. Validade. Prevalência da natureza alimentar do crédito trabalhista.....2/93
- de parte do imóvel residencial. Bem de família. Dois prédios independentes construídos em terreno de área extensa. Desmembramento. Possibilidade.....2/93
- de ações. Expropriação.....3/146
- de pró-labore. Parcela que se destina a remunerar o trabalho do sócio que exerce função de administrador ou gerente. Impossibilidade. Concessão da segurança.....4/215
- de recursos públicos recebidos pela Santa Casa de Misericórdia de Jardinópolis para aplicação compulsória em saúde. Impossibilidade. Inteligência do inciso IX, do art. 649, do CPC.....5/278
- Dinheiro de ex-sócio. Desconsideração da personalidade jurídica. Previsão legal. art. 50 do CC.....3/146
- Plano de previdência privada complementar. Possibilidade..1/32

PEREMPÇÃO TEMPORÁRIA

- Penalidade. Previsão legal. arts. 731 c/c 732 da CLT. Processo do trabalho. Aplicação.....3/146

PERÍCIA

- Componente probatório. Valoração do juiz. *Judex peritus peritorum*.....2/93

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

- Infraero. Diferença de escolaridade. Violação do princípio da isonomia e da igualdade. Impossibilidade.....6/340

PLANO DE PREVIDÊNCIA

- complementar. Estipulação de condição etária para gozo de pensão por morte. Ilegalidade.....4/215

PLANO DE SAÚDE

- concedido por mera liberalidade. Cancelamento. Impossibilidade. Inteligência do art. 468 da CLT.....3/147

PLR

- Norma coletiva omissa em relação a direito de empregado demitido durante o período de apuração da vantagem e antes da assinatura do instrumento negocial coletivo.....3/147

PORTADOR

- de neoplasia maligna. Despedida. Impossibilidade. Devida a reintegração no emprego.....4/215

PORTEIRO

- Desempenho de funções típicas sem formação em curso de vigilante. Contrato realidade. Provimento.....5/278

PRÉ-CONTRATO

- Falta de consumação injustificada do contrato definitivo de trabalho. Indenização por danos materiais e morais.....3/147

PRELIMINAR

- de cerceamento de defesa. Inexistência de nulidade ante a possibilidade de saneamento do vício pelo tribunal. Aplicação do art. 515, § 4º, do CPC.....3/147

PRÊMIO

- de valorização do magistério. Natureza jurídica.....6/340

PRESCRIÇÃO

- Anistia. Lei n. 8.878/1994. *Actio nata*. Recurso administrativo. Ausência de resposta da administração.....6/340
- Arguição em contrarrazões de recurso ordinário. Possibilidade.....3/148
- Contribuição sindical rural.....2/93
- Contribuição sindical rural.....4/215
- Contribuição sindical. Ação de cobrança. Ajuizamento após o decurso do prazo previsto no art. 174 do Código Tributário Nacional. Reconhecimento.....6/340
- Distribuição da ação durante o recesso. Não ocorrência.....5/279
- Grupo econômico. Interrupção por ação anterior promovida contra empresa distinta. Ocorrência.....6/340
- Herdeiros. Menores.....4/215
- Início da fluência.....4/202
- Intercorrente. Contribuição previdenciária. Execução de ofício. Paralisação não decorrente de ato dependente exclusivamente da vontade do credor. Inocorrência...3/148
- intercorrente. Inaplicabilidade na Justiça do Trabalho.....1/32
- Interrupção. Termo de Ajustamento de Conduta....4/215
- Obrigação que remanesce após a extinção do contrato de trabalho. Prazo prescricional de cinco anos.....4/215
- Recurso ordinário. Indenização por danos oriundos de doença do trabalho. Art. 7º, XXIX, da CF.....1/32
- Reparação de danos. *Dies a quo* coincide com ciência inequívoca da incapacidade.....3/148
- Resgate de contribuições pessoais para previdência privada complementar. Prescrição. Correção monetária.....6/340
- Suspensão do contrato de trabalho por motivo de recebimento de auxílio-doença. Inocorrência.....6/340

PRINCÍPIO DA PRIMAZIA

- da realidade. Prova oral inequívoca confirmando a concessão de férias no prazo legal.....5/279

PROCESSO

- de execução. Não exaurimento da prestação jurisdicional. Impossibilidade de se decretar a extinção da execução.....1/33

PROGRAMA

- de demissão voluntária. Benefícios condicionados à adesão do empregado.....3/148

PROGRESSÃO

- Empresa de Correios e Telégrafos. Progressão horizontal.....6/341

PROTESTO JUDICIAL

- Causa interruptiva de prescrição. Substituição processual. Efeitos do procedimento ajuizado por sindicato com base territorial distinta do autor da ação. Representação sindical. Aplicação.....5/279

PROTOCOLO INTEGRADO

- Afastamento da sua utilização. Possibilidade.....1/33

PROVA

- Boa-fé. Incidência na esfera processual. Prova emprestada. Concordância da parte com a sua produção. Posterior alegação de cerceamento de defesa por acolhidas, no feito em que produzidas, contraditas das suas testemunhas.....6/341
- emprestada. Natureza documental. Impugnável somente quanto à aplicabilidade de seu conteúdo à hipótese dos autos onde foi trasladada.....3/148
- Ônus. Compete a cada uma das partes envolvidas na relação processual produzir, de forma inequívoca, as provas de suas alegações. Aplicação dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC.....3/146

PROVA EMPRESTADA

- Insalubridade. Art. 5º, LV, CF. Identidade de fatos. Possibilidade.....5/279

PROVA TESTEMUNHAL

- Comprovação documental de preparo de depoimento. Apuração de prática de crime contra a administração da justiça. Falso testemunho.....1/33

RADIALISTA

- Acúmulo de funções no mesmo setor. Direito ao adicional pelo acúmulo de funções. Desenvolvimento de trabalho em setor diferente. Direito a reconhecimento de outro contrato de trabalho. Aplicação da Lei n. 6.615/1978.....4/215

REAJUSTE SALARIAL

- Município. Isonomia.....6/341

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- Prosseguimento da execução contra o devedor solidário. Possibilidade.....3/148

RECURSO

- adesivo. Princípio da unirrecorribilidade. Não conhecimento.....1/33
- ordinário da autora. Vivo S.A. e distribuidor. Contrato de distribuição x contrato de prestação de serviços em atividade-fim da tomadora. Responsabilidade subsidiária reconhecida. Princípio da dignidade da pessoa humana e valor social do trabalho.....1/34
- ordinário da reclamada. Insalubridade. Vistorias íntimas e do local de internação. grau médio. Máxima efetividade ao inciso XXII da CF.....1/35
- ordinário. Acesso à justiça. Petição inicial. Cadastramento das partes. Número do CPF. Extinção do processo. Ilegalidade.....2/94
- ordinário. Coisa julgada. Violação transversa. Homologação de transação judicial. Quitação expressa de período estável.....1/33
- ordinário. Cumulação de proventos e de salários. Possibilidade. Regime contratual celetista. Aposentadoria e continuidade do contrato.....1/35
- ordinário. Dano moral. Despedimento inconsequente. Falta de pagamento das verbas rescisórias.....2/93

- ordinário. Dano moral. Falta de anotação da carteira de trabalho.....2/94

- ordinário. Dissídio coletivo e reclamação individual. Litispendência e coisa julgada inexistentes.....1/33

- ordinário. Estabilidade provisória. Acidente. Contrato de experiência. Irrelevância. Coleta de lixo. Caminhão em movimento. Risco acentuado. Culpa. Reparação devida.....1/33

- ordinário. Intempestivo. Preclusão consumativa.....4/216

- ordinário. Intervenção total da administração pública em serviço público concedido. Exploração direta da atividade. Reconhecimento da responsabilidade do interventor.....2/94

- ordinário. Jornada de trabalho. Acordo de compensação dos sábados. Horas extras e trabalho aos sábados ocorridos de forma habitual. Nulidade. art. 9º da CLT.....1/34

- ordinário. Notícia de fechamento da empresa. Ciência do trabalhador. Iniciativa de rompimento do contrato de trabalho. Aviso prévio devido.....1/35

- ordinário. Representação processual. Poderes outorgados a sociedade civil de advogados. Validade.....1/34

- ordinário. Responsabilidade subsidiária. Empreitada de construção civil. Empresa do próprio ramo de construção. Inaplicabilidade da OJ/SDI-1 n. 191.....2/94

- ordinário. Servidor concursado. Desvio de função. Diferenças salariais devidas. Desnecessidade de reenquadramento.....4/216

- ordinário. Sindicato. representação patronal. Necessidade de registro regular no Ministério do Trabalho e do Emprego.....1/35

- ordinário. Verbas rescisórias. Depósito bancário. Recusa manifestada pelo credor. Não propositura da ação de consignação. Efeitos.....2/94

- Princípio da dialeticidade. Violação. Ausência de enfrentamento das razões de decidir. Recurso não conhecido.....4/216

RECURSO ORDINÁRIO

- Administração pública indireta. Contratação sem concurso, ocorrida em 1989. Processo seletivo realizado. Segurança jurídica. Proteção à boa fé. Dispensa sumária em 2008 anulada.....5/279

- Agentes comunitários de saúde. Parcela de incentivo financeiro adicional. Destinação aos próprios agentes estabelecida por Portaria do Ministério da Saúde. Ausência de ulterior modificação. Prevalência do benefício.....5/279

- Ausência de fornecimento de equipamento de medição de radiação. Exposição do trabalhador a riscos. Danos morais. *Damnum in re ipsa*.....5/280

- autônomo e recurso adesivo interpostos pela mesma parte. Unirrecorribilidade recursal. Preclusão consumativa.....3/149

- Bancário. Exercício de funções meramente técnicas ou burocráticas. Enquadramento no art. 224, § 2º, da CLT. Impossibilidade.....3/149

- Contrato temporário. Ente público. Incompetência da Justiça do Trabalho.....5/280

- Empregado cujos exames sinalizavam a possibilidade de neoplasia maligna. Terminação do contrato logo após o conhecimento, pelo empregador, do resultado dos exames. Dispensa discriminatória. Quebra dos postulados constitucionais da dignidade da pessoa humana, da erradicação das formas de discriminação, da construção de uma sociedade solidária e da isonomia. Artigos 1º, III, 3º, I e IV, e 5º da CF. Convenção n. 111 da OIT. Reintegração.....5/280

- Empregado do município. Aposentadoria espontânea. Efeitos no contrato de trabalho. Estabilidade do art. 41 da CF preservada. Cumulação de proventos e remuneração. Possibilidade.....3/149

- FUMES. Cessão de servidor público para a FAFEMA. Aplicação dos índices de reajuste salarial aplicados pelo órgão cessionário. Impossibilidade. Art.37, XIII, da CF/88.....5/280

- Incapacidade laborativa oriunda de acidente. Art. 950 do CC. Pensão mensal x indenização em parcela única. Não equivalência.....5/281

- Indenização por dano moral. Incidência de correção monetária a partir da propositura da demanda. Impossibilidade.....5/281

- intempestivo. Preclusão consumativa.....6/341

- Interposição de recurso ordinário e adesivo pela mesma parte. Impertinência. Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....6/341

- Jornada de trabalho. Acordo de compensação dos sábados. Horas extras. Desrespeito ao objeto da avença. Nulidade.....3/149

- Justa causa. Quebra do postulado constitucional da isonomia. Desconstituição.....3/149

- Município. Contratação temporária. art. 37, IX, da CF/1988. Incompetência da Justiça do Trabalho.....3/149

- Município. Funcionário ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Não sujeição à legislação trabalhista. Competência da Justiça Comum.....5/281

- Não contratação que se revela discriminatória. Direito à formalização do contrato e a indenização por dano moral.3/149

- OJ 386 da SBDI-1 do C. TST. Férias usufruídas e não remuneradas na época própria. Irretroatividade da jurisprudência. Inaplicável.....5/281

- Parceria com organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Transferência de atividade inerente à saúde pública. Concreta terceirização de serviços. Responsabilidade subsidiária do ente público tomador.....5/281

- Servidor concursado. Desvio de função. Diferenças salariais devidas. Desnecessidade de reenquadramento.....3/150

- Servidor municipal celetista. Diferenças salariais. Abonos salariais em valores lineares. Natureza jurídica de revisão geral anual. Deferimento por decisão judicial. Validade. Princípios constitucionais da isonomia, proporcionalidade, legalidade e tripartição dos poderes.....5/281

REEXAME

- necessário. Sentença ilíquida. Utilização do valor dado à causa, atualizado monetariamente até a data do julgamento em primeiro grau, como critério para se apurar o preenchimento do requisito de admissibilidade referente ao limite de sessenta salários mínimos.....4/216

REGIME

- de compensação de jornada de 24x48 horas. Lei municipal. Limites constitucionais.....4/216

REINTEGRAÇÃO

- determinada em sentença transitada em julgado. A sentença transitada em julgado deve ser liquidada nos seus exatos limites (art. 879, § 1º, da CLT). Recusa da empresa em

cumprir a reintegração. Impossibilidade de substituição da reintegração pela simples indenização do período de doze meses em se tratando de doença ocupacional, nos termos do art. 118 da Lei n. 8213/1991.....6/341
- Dirigente sindical. Empregado estável. Suspensão. Inquérito judicial para apuração de falta grave.....4/217

REMIÇÃO

- e arrematação. Preferência.....3/150

REMISSÃO

- de dívida. Lei n. 11.491/2009.....4/217

REPARAÇÃO CIVIL

- Acidente de trânsito. Ajudante de caminhão. Atividade de risco.....5/282
- Vítima de assalto.....2/94

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL

- Pessoa jurídica. Outorga de poderes por gerente ou administrador nomeado por prazo determinado. Expiração superveniente do mandato *ad negotia*. Irrelevância. Regularidade.....1/35

REPRESENTANTE

- comercial autônomo. Competência em razão do lugar. Aplicação do art. 39 da Lei n. 4.886/65 nesta justiça especializada. Possibilidade.....5/282

REQUERIMENTO

- para produção de provas. Intuito procrastinatório. Litigância de má-fé.....2/95

RESCISÃO

- antecipada. Contrato de experiência. Multa do art. 477. Devida.....4/217
- contratual por iniciativa patronal. Exigência de declaração de gravidez. Ato discriminatório. Caracterização.....4/217
- indireta. Ausência de depósitos fundiários. Inexistência de prejuízo ao empregado. Hipótese do art. 483, "d", da CLT não configurada.....5/282

RESCISÃO INDIRETA

- Imediatidade. Exigência para configuração.....3/150

RESPONSABILIDADE

- do diretor empregado pelas dívidas da sociedade. Embargos de terceiro.....4/217
- solidária. Contrato de distribuição. Serviços vinculados diretamente à atividade fim da empresa tomadora. Interferência direta na atividade da empresa distribuidora. Fraude demonstrada.....6/341
- solidária. Revelia. Alcance. Litisconsórcio. Art. 320, I, do CPC.....2/95
- subjetiva do ente público. Mantida se evidenciada sua culpa *in eligendo* ou *in vigilando*.....2/95
- subsidiária do tomador dos serviços por acordo formulado entre empregado e empregador.....4/217
- subsidiária. Administração pública. Concessão de

subvenção social a entidade filantrópica. Convênio. Fraude. Reconhecimento.....2/95
- subsidiária. Administração pública. Tomadora de serviços. Culpa *in vigilando*. Observância dos arts. 927 e 186 do CC.....2/95
- subsidiária. Alcance. Despesas processuais. Publicação de editais.....4/217
- subsidiária. Dono da obra. Não reconhecimento. Inteligência da Lei n. 2.959/1956.....2/96
- subsidiária. Execução.....2/96

RESPONSABILIDADE CIVIL

- Empregador. Danos causados por seu preposto ou empregado. Inexigência de comprovação da culpa.....3/150

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

- Cliente ou consumidor da empresa prestadora de serviços. Inexistência.....5/282
- Concessionárias de serviços de telecomunicações. Possibilidade.....5/283
- Ente público. Autarquia municipal. Exclusão de responsabilidade da administração pública. Inteligência da Súmula n. 331, V, do C. TST.....1/35

RETIFICAÇÃO NA CTPS

- Astreintes.....3/150

SALÃO DE BELEZA

- Manicure. Vínculo empregatício.....2/96

SALÁRIO MÍNIMO

- Redução por meio de instrumento normativo. Impossibilidade.....4/218

SECRETÁRIO MUNICIPAL

- Agente político. Vínculo de natureza institucional..3/150

SEGURO DE ACIDENTE

- de Trabalho (SAT). Execução. Competência da Justiça do Trabalho.....6/342

SEGURO DE VIDA

- Alteração de cláusula. Exclusão da cobertura por invalidez permanente por doença. Indenização.....5/283

SERVIÇOS

- de manutenção de parque fabril. Responsabilização subsidiária.....3/150

SERVIDOR

- público celetista. Remoção para acompanhamento de cônjuge. Supremacia constitucional da proteção à família. Arts. 226 e 227 da CRFB/1988.....2/96
- público. Mudança de regime de CLT para estatutário. Acréscimo de 40% sobre o FGTS. Indevido.....2/97
- público municipal. Revisão anual de salários.....2/96
- público. Desvio de função. Diferenças salariais devidas...2/96

SERVIDOR PÚBLICO

- Supressão de verba salarial em decorrência de reclassificação remuneratória prevista em lei. Possibilidade.....6/342

SINDICATO

- Estatuto. Sujeição à disciplina legal prevista no CC para as associações.....2/27
- Nulidade de ato constitutivo.....2/28
- Substituto processual. Honorários advocatícios. Cabimento.....1/30

SOCIEDADE

- de economia mista Prudenco. Sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos. Necessidade de motivação do ato de dispensa de empregado. Reintegração devida. Não submissão da execução por meio de precatório.....2/97

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

- Prestadora exclusiva de serviços públicos. Regime jurídico de direito público. Inaplicabilidade da Orientação Jurisprudencial n. 247, I, do C. TST. Dispensa imotivada. Reintegração.....1/36

SÓCIO

- retirante. Alcance dos arts. 1003 e 1032 do CC.....4/218

SUBORDINAÇÃO

- estrutural. Princípio da primazia da realidade.....1/36

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- Direitos individuais homogêneos. Natureza. Extinção de pedidos sem resolução do mérito.....3/150

SUCESSÃO

- de empresas. Contrato de franquia. Não caracterização...4/218

SUCESSÃO DE EMPRESAS

- Intervenção descaracterizada. Responsabilidade solidária da empresa concessionária e da empresa pública municipal que assumiu a prestação de serviços.....3/151
- Reconhecimento de sucessão de empresas na fase de execução. Ausência de citação da sucessora. Cerceamento de defesa não configurado.....6/342

SUSPENSÃO DO CONTRATO

- de trabalho. Aposentadoria por invalidez. Manutenção de plano de saúde.....5/283

TELEFONE CELULAR

- Corporativo fornecido pela reclamada. Utilização superior aos minutos de franquia concedidos. Descontos lícitos...5/283

TEMPO DE ESPERA

- Hora extra.....5/283
- Transporte fornecido pelo empregador. Tempo à disposição superior a 10 minutos. Horas extras devidas....5/284

TERCEIRIZAÇÃO

- de serviços relacionados à atividade-fim. Concessionária de energia elétrica. Ilícitude. Limitação ao art. 25, da Lei n. 8.987/1995.....1/36
- ilícita. Declaração de vínculo com a tomadora. Enquadramento sindical.....1/36
- lícita. Atividade fim. Prestadora componente do mesmo grupo econômico. Isonomia entre terceirizados e os empregados de mesma categoria profissional da tomadora dos serviços....6/342

- Oscip. Responsabilidade subsidiária do ente público. Possibilidade.....4/218
- Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do CC, art. 67 e 71, §2º da Lei 8.666/1993, Súmula n. 331, V e VI do C. TST e ADC 16 do STF.....6/342
- Pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas.....6/343

TESTEMUNHA

- Contradita. Troca de favores. Cuidados que se há de ter...2/97

TRABALHADOR

- brasileiro que presta serviços no exterior. Competência da Justiça do Trabalho brasileira.....4/218
- rural. Aplicação da OJ/235 aos colhedores de laranja.....4/218

TRABALHADOR RURAL

- Instalações sanitárias inexistentes ou precárias. Dano moral. Possibilidade.....2/98

TRABALHO

- em domingos e feriados. Remuneração.....4/218
- temporário. Validade. Efetiva demonstração do motivo da contratação. Insuficiência de mera referência. Nulidade reconhecida.....3/151

TRABALHO EXTERNO

- Monitoramento eletrônico constante do veículo. Inaplicabilidade do inc. I, do art. 62 celetizado.....1/36

TRANSPORTE

- de numerário até estabelecimento bancário por empregado não habilitado. Dano moral configurado. Mensuração do dano. Valor da indenização reduzida.....3/134

TROCA DE UNIFORME

- Tempo à disposição do empregador.....3/151

TURNO

- ininterrupto de revezamento. Caracterização.....2/98

TURNOS

- ininterruptos de revezamento. Horas extras. Jornada de oito horas prevista em norma coletiva. Validade.....2/98

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

- Elastecimento de jornada através de simples assembleia. Impossibilidade.....6/343

TUTELA ANTECIPADA

- Fazenda pública. Possibilidade.....1/36

UNIÃO

- Validade da citação inicial. Efeitos.....3/151

VENDA

- de crédito em comércio varejista. Não cabimento do enquadramento da atividade como financeira.....4/218

VERBA

- recebida a título de indenização por dano moral. Imposto de renda. Não-incidência.....2/98

VALE-TRANSPORTE

- Natureza indenizatória. Pagamento em pecúnia. Não desvirtuamento.....6/343

VÍNCULO DE EMPREGO

- Atleta. Contratação ilegal. Interpretação da Lei Pelé.....4/219

- Ausência de *animus contrahendi*. Trabalho em colaboração

entre familiares.....4/219

- Dentista.....5/284

- Subordinação. Trabalho executado no domicílio....5/284

- Sucessão. Empregador doméstico. Impossibilidade.

Ilegitimidade dos herdeiros.....4/219

VIOLAÇÃO

- ao princípio da irretroatividade da lei. Aplicação de jurisprudência sumulada ou orientações jurisprudenciais a

situações consumadas no tempo. Inocorrência.....3/151